

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Educação

Programa de Pós-graduação em Educação

Marina da Cunha Pinto Colares

**O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO E LAÇO SOCIAL EM ADOLESCENTES QUE  
CUMPRIRAM A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE**

Belo Horizonte

2014

Marina da Cunha Pinto Colares

**O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO E LAÇO SOCIAL EM ADOLESCENTES QUE  
CUMPRIRAM A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Programa de Pós-graduação em Educação:  
Conhecimento e Inclusão Social.

Linha de pesquisa: Psicologia, Psicanálise e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lydia Bezerra Santiago

Belo Horizonte

2014

C683p  
T

Colares, Marina da Cunha Pinto, 1981-

O processo de identificação e laço social em adolescentes que cumpriram a medida socioeducativa de semiliberdade / Marina da Cunha Pinto Colares. - Belo Horizonte, 2014.  
82 f., enc.

Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Ana Lygia Bezerra Santiago.

Bibliografia: f. 76-78.

Anexos: f. 79-82.

1. Educação -- Teses. 2. Jovens desajustados sociais -- Educação -- Teses.  
3. Juventude socialmente desajustada -- Teses. 4. Educação do adolescente -- Teses. 5. Assistência a menores -- Teses. 6. Delinquência juvenil -- Teses. 7. Delinquentes juvenis -- Medidas preventivas -- Teses. 8. Reabilitação de delinquentes juvenis -- Teses. 9. Psicanálise do adolescente -- Teses. 10. Psicoterapia do adolescente -- Teses. 11. Sociabilidade -- Teses. 12. Aconselhamento em reabilitação -- Teses.  
13. Ajustamento social -- Teses.

I. Título. II. Santiago, Ana Lygia Bezerra. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 362.74

Marina da Cunha Pinto Colares

**O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO E LAÇO SOCIAL EM ADOLESCENTES QUE  
CUMPRIRAM A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

---

Profa. Dra. Ana Lydia Bezerra Santiago – Orientadora

---

Profa. Dra. Ludmilla Féres – Faculdade Milton Campos

---

Profa. Dra. Raquel Assis - FAE/UFMG

---

Prof. Dr. Sérgio Cirino – FAE/UFMG – Suplente

---

Prof. Dra. Maria José Gontijo – PUC – MINAS - Suplente

Belo Horizonte, 28 de Agosto de 2014

*Dedico essa dissertação à memória dos jovens  
Adrian, Pedro Henrique, Mailson, Lucas,  
Magno e Nilton.*

## AGRADECIMENTOS

Aos jovens pelo aprendizado, pelas surpresas, por suas escolhas e por me surpreenderem a cada encontro.

À Coordenadoria de Prevenção à Criminalidade que foi o local em que iniciei a minha vida profissional e nessa passagem pude definir a minha escolha pelo trabalho com a juventude e a violência. E ao Instituto ELO que, atualmente, me acolheu novamente, para que eu pudesse voltar mais madura e continuar aprendendo.

À 'velha guarda' da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo – SUASE, na pessoa do Dr. Ronaldo Pedron, com quem pude aprender que ser um gestor de excelência só é possível quando construímos a política pública de responsabilização, para e com os adolescentes.

À minha mãe por demonstrar desde quando eu nasci à importância da educação e por ser quem me formou em minhas concepções e formas de ver o mundo.

À minha irmã Maíra por estar sempre ao meu lado e ser um exemplo de coragem e ousadia.

Ao meu pai pelo apoio, mesmo tendo concepções tão diferentes.

Ao meu marido Tiago que me faz uma mulher feliz. Obrigada pelas trocas de saberes e pela paciência nos meus momentos de desespero na escrita dessa dissertação.

Aos meus familiares. Ao Sá por me ensinar a valorizar elementos simples da vida.

Às amigas Rê, Manu e Carol, pelos momentos de descontração e também aos amigos do Tiago pelas conversas e cervejas.

Ao Bernardo por cuidar da minha formação desde quando eu era estagiária e pela paciência em ler e auxiliar na escrita dessa dissertação.

À Lu por me encorajar nos momentos em que eu estava apavorada, pelas trocas e cumplicidade.

À Dani, pedagoga, amiga que transmite a importância da educação e desperta nos adolescentes o desejo e interesse pela escola.

À Ju, assistente social, amiga que aposta nos jovens auxiliando-os a encontrar novas estratégias ligando-os à vida.

Agradeço à bolsa Reuni por tornar possível a formação no mestrado. À Revista em Educação, em que pude acompanhar nos bastidores o dia a dia de uma revista Qualis A 1.

Ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Psicanálise e Educação da FAE/UFMG – NIPSE, pelo aprendizado das Conversações e das Entrevistas Clínicas de Orientação Psicanalítica.

Às professoras doutoras Ludmilla Féres e Raquel de Assis, por aceitarem participar da banca e por contribuírem com o debate e as considerações. Ludmilla, a quem eu admiro pelo percurso profissional pela forma com que construiu a metodologia de políticas públicas para atendimento e acompanhamento aos jovens. Raquel, que me despertou a alegria e o desejo de conhecer diversas áreas da educação.

Aos suplentes da banca professor doutor Sérgio Cirino que transmite de forma apaixonante o seu saber e à professora doutora Maria José Gontijo que a cada encontro me ensina algo diferente.

E, claro, à Ana Lydía Santiago por ser minha analista presente. Pelo exemplo de profissional no campo da Psicanálise e da Educação e por ser minha orientadora, disponível, cuidadosa e rigorosa.

## RESUMO

A pesquisa tem por objetivo geral analisar, por meio das entrevistas clínicas de orientação psicanalítica, a identificação e a construção do laço social em adolescentes que concluíram a medida socioeducativa de semiliberdade. Como objetivos específicos limitam-se: delimitar conceitualmente a identificação e o laço social a partir da teoria da psicanálise lacaniana; analisar a identificação e o laço social dos jovens antes de cumprirem a medida socioeducativa de semiliberdade, durante e após o seu desligamento; verificar quais aspectos, da medida de semiliberdade, favorece o laço social. Para tanto se utilizou como metodologia de pesquisa qualitativa e entrevistas semiestruturadas. As análises foram feitas a partir da leitura da psicanálise. A pesquisa revelou que os jovens envolvidos com a criminalidade estão em des-inserção social e que a medida de semiliberdade favoreceu a inserção dos jovens no laço social. Com relação à identificação verificou-se que há o predomínio da identificação imaginária no momento em que os jovens estão envolvidos com a criminalidade e há a ascendência da identificação simbólica quando os jovens não estão envolvidos com a criminalidade.

Palavras-chave: Identificação. Laço Social. Medida Socioeducativa. Adolescente autor de ato infracional. Jovem envolvido com a criminalidade. Psicanálise.

## **ABSTRACT**

The research had the main objective, to analyze through clinical interviews psychotherapy, the identification and the framing of the social bond in adolescents who completed the measure socio educative of semi liberty. Specific objectives are limited to: define conceptually the identification and the social bond from the theory of the Lacanian psychoanalysis; analyze the identification and the social bond of youth before the completion of the measure socio educative of semi liberty, during and after their departure; determine which aspects of the measure of semi liberty favors the social bond. For that, we used as a qualitative research methodology and semi-structured interviews. Analyzes were made from the reading of psychoanalysis. The research revealed that young people involved in crime, are social dis-integration and the measure of semi liberty favored the inclusion of youth in social bond. With regard to identification it was found that there is a predominance of imaginary identification at the time when young people are involved in crime and there is predominance of the symbolic identification when young people are not involved with the crime.

Keywords: Identification. Social bond. Socio educative measure. Teen author of offense. Youth involved in crime. Psychoanalysis.

## LISTA DE SIGLAS

COEP - Comitê de Ética e Pesquisa

CPC - Centro de Prevenção à Criminalidade

CPEC - Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade

CPF - Cadastramento de Pessoa Física

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FAE/UFMG - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

LAPED - Laboratório de Psicologia e Educação Helena Antipoff

NIPSE - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas em Psicanálise e Educação

LA - Liberdade Assistida

PPCAAM – Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte

PSC - Prestação de Serviços à Comunidade

SEDS - Secretaria do Estado de Defesa Social

SUASE - Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO</b> .....	11
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1 - APRENDER COM JOVENS DE GANGUES SOBRE SUAS IDENTIFICAÇÃO</b> .....	14
1.1 Os jovens em contato com os técnicos do Programa Fica Vivo!: O inimigo é nome de qualquer um.....	17
1.2 Os jovens se apresentam: Apelido é nome imaginário.....	21
1.3 Os jovens em cumprimento das medidas socioeducativas: Nome próprio e nome da infração.....	23
<b>CAPÍTULO 2: A IDENTIFICAÇÃO NA PSICANÁLISE E A NOÇÃO DE LAÇO SOCIAL</b> .....	29
2.1 Sigmund Freud e as três formas de identificação.....	30
2.2 Jacques Lacan e a identificação na teoria dos significantes .....	34
2.3 As identificações do Complexo de Édipo.....	36
2.4 Jacques Alain-Miller e a identificação como desejo de inserção no laço social.....	37
2.5 Jacques Alain-Miller: identificação ou “falasser” e seu corpo.....	40
2.6 Éric Laurent e a leitura da identificação a partir do tempo lógico em Lacan..	41
<b>CAPÍTULO 3: Identificações e novas possibilidades após o cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade</b> .....	45
3.1 A escolha dos sujeitos participantes .....	45
3.2 Aspectos Metodológicos das entrevistas.....	46
3.3 As identificações nos tempos da medida.....	48
3.3.1 Zangado.....	49
3.3.2 Dunga .....	54
3.3.3 Dengoso.....	61
<b>CAPÍTULO 4: O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO E LAÇO SOCIAL DOS JOVENS QUE CONCLUÍRAM A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE</b> .....	65
4.1 Zangado, Dunga e Dengoso: uma construção de caso com base na identificação .....	65
4.2 A medida como possibilidade de desinserção, inserção e laço social .....	68
4.3 A identificação e sua dimensão simbólica no campo do Outro.....	71
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: A FUNÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NO PROCESSO DA IDENTIFICAÇÃO</b> .....	73
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	77
<b>ANEXO A</b> .....	79
<b>ANEXO B</b> .....	81

## INTRODUÇÃO

*Emília de testinha franzida, não sabia como começar. Isso de começar não é fácil. Muito mais simples é acabar. Pinga-se um ponto final e pronto; ou então, escreve-se um latinzinho: FINIS. Mas começar é terrível. Emília pensou, pensou, e por fim disse:*

*- Bote um ponto de interrogação; ou antes, bote vários pontos de interrogação. Bote seis...*

*O Visconde abriu a boca.*

*- Vamos, Visconde. Bote aí seis pontos de interrogação – insistiu a boneca.*

*- Não vê que estou indecisa interrogando-me a mim mesma?*

Monteiro Lobato

Iniciar a escrita de uma pesquisa não é fácil. Da mesma forma que não é fácil a prática do trabalho com adolescentes que cometem atos infracionais. A escrita, a investigação e a produção precisam de dedicação, da mesma maneira que é necessário ter um olhar e uma escuta sobre o que os jovens estão dizendo e/ou mostrando que algo não vai bem. Casar a prática com a teoria é um exercício difícil porque ambos causam angústias, mas esse casamento pode ser perfeito quando gera a produção de um saber.

A partir da prática do trabalho da autora com os jovens envolvidos com a criminalidade, durante dez anos foi possível buscar respostas na teoria da Psicanálise e Educação para os questionamentos. A socioeducação tem o seu lugar na psicologia, no direito, na educação e na sociologia. Essa pesquisa foi acolhida na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, dentro da linha de Psicologia, Psicanálise e Educação. A proposta foi redigida diante das interrogações, a fim de buscar respostas e pontos finais, mas as reticências fizeram parte de todo o percurso.

Finalizar essa pesquisa gerou a responsabilidade ética da autora, em percorrer caminhos futuros que possam auxiliar os trabalhadores na área da socioeducação. Essa pesquisa permite amparar os trabalhadores dessa área, gerando elucidaciones que podem os ajudar nas intervenções junto aos adolescentes, para que estes permaneçam vivos, traçando percursos que não sejam mortíferos. É preciso também de inserir a discussão da socioeducação nas grades curriculares das graduações, pois essa área é pouco conhecida pelos alunos dos cursos da área da Educação.

O tema sobre a redução da maioria penal no Brasil, vem ganhando destaque na mídia e nas discussões feitas pela sociedade. Uma parcela da população reproduz nas falas que o adolescente que comete ato infracional não é responsabilizado pelo Sistema de Justiça de forma eficaz. Essa parcela da população clama para que a redução da maioria penal passe de dezoito para dezesseis anos. Por outro lado, existem políticas públicas para responsabilizar o adolescente pelo ato infracional cometido, que são as medidas socioeducativas, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e que são pouco conhecidas pela sociedade.

As medidas socioeducativas são imputadas aos adolescentes que cometeram atos infracionais com a faixa etária de doze à dezoito anos completos, por se considerar que estão em processo de desenvolvimento. Tal processo de desenvolvimento é fruto de estudos e investigações na área da psicologia, educação, sociologia, ciências sociais e direito<sup>1</sup>. Assim, tornam-se urgentes, pesquisas na área da socioeducação para ampliar os olhares e principalmente construir saberes sobre uma prática que pouco se vê nas grades curriculares das academias.

A presente pesquisa de mestrado foi motivada pela prática do trabalho da pesquisadora em políticas públicas de responsabilização, de atendimento ao jovem envolvido com a criminalidade. A pesquisa teve por objetivo geral analisar a identificação e a construção do laço social em adolescentes que concluíram a medida socioeducativa de semiliberdade. Os objetivos específicos limitaram-se em: delimitar conceitualmente a identificação e o laço social a partir da teoria da psicanálise; analisar a identificação e o laço social dos jovens antes de cumprirem a medida socioeducativa de semiliberdade, durante e após o seu desligamento; verificar quais aspectos da medida de semiliberdade favorecem o laço social.

O primeiro capítulo trata das observações da autora em sua prática no momento em que os jovens estão envolvidos com a criminalidade e inseridos nas gangues. As principais observações foram: as formas com que jovens formam e se inserem nas gangues; o modo com que eles apresentam seus nomes e apelidos; os adolescentes inseridos nas medidas socioeducativas; e as mudanças na vida do adolescente no momento em que ele estava prestes a ser desligado da medida

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada pelo portal da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Ensino Superior (CAPES). Foram encontrados 281 títulos cadastrados sob o tema "violência e juventude".

socioeducativa de semiliberdade. Nessas quatro observações, a questão que sobressai é o tipo de identificação que está posto para os adolescentes e o tipo de laço social estabelecido por eles.

No segundo capítulo, foi abordada a teoria da identificação e o conceito de laço social sobre a ótica da psicanálise, utilizando os autores: Sigmund Freud, Jacques Lacan e Jacques Alain-Miller. A partir dos três autores, foi possível elucidar as três formas de identificação e aprofundar na identificação imaginária e simbólica, além de organizar a teoria do laço social e a des-inserção<sup>2</sup> social postulada pelos autores.

No terceiro capítulo, a autora tratou sobre os aspectos metodológicos da pesquisa, bem como apresentou as entrevistas, semiestruturadas e qualitativa, feitas com três adolescentes que foram desligados da medida socioeducativa de semiliberdade há mais de dois anos. As análises das entrevistas foram feitas por meio da metodologia das entrevistas clínicas de orientação psicanalítica.

Já no quarto capítulo, houve a possibilidade da teoria dialogar com a prática para ser possível a análise das entrevistas. Nesse capítulo, foram feitas as análises dos aspectos singulares e subjetivos de cada jovem entrevistado, além de concluir algumas questões relativas ao laço social e à identificação, que perpassaram por três momentos da vida dos jovens: antes de cumprir a medida socioeducativa de semiliberdade, durante e após o desligamento da medida.

---

<sup>2</sup> Conceito utilizado por Miller que será elucidado no primeiro capítulo dessa dissertação.

## **CAPÍTULO 1 - APRENDER COM JOVENS DE GANGUES SOBRE SUAS IDENTIFICAÇÃO**

As medidas socioeducativas são aplicadas pelo Sistema de Justiça depois de verificada a prática de ato infracional por parte de um adolescente. Este pode cumprir a medida sancionada para sua transgressão, em liberdade ou sob a privação de liberdade. O repertório das medidas está estabelecido no art. 112 do *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*, como se segue:

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional.

As medidas descritas no ECA estão relacionadas da mais leve para a mais gravosa, ou seja, a advertência é considerada a medida socioeducativa mais branda enquanto a internação em estabelecimento educacional é a mais rigorosa e deve ser utilizada em caráter excepcional. As medidas socioeducativas de advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida são cumpridas pelo adolescente em liberdade, ou seja, são consideradas como medidas em meio aberto. Já as medidas socioeducativas de inserção em regime de semiliberdade e de internação em estabelecimento educacional são cumpridas pelo adolescente com a restrição da liberdade. Normalmente, quando um adolescente recebe as medidas socioeducativas com a restrição da sua liberdade significa que ele cometeu um ato infracional com grave ameaça à pessoa ou que as outras medidas socioeducativas em meio aberto não foram cumpridas adequadamente pelo jovem.

A medida socioeducativa de semiliberdade, um dos focos do presente trabalho, é considerada pelo ECA como de caráter restritivo de liberdade. Em Minas Gerais, a semiliberdade é executada pelo Estado, em parceria com a sociedade civil organizada, em casas, com arquitetura de residência, capazes de abrigar até 15 adolescentes. Nesse caso, estes não se encontram em liberdade, como nas

medidas em meio aberto, visto que lhes é obrigatório dormir na Unidade, após frequentar, durante o dia, instituições externas, cada uma com um objetivo específico, previamente determinado pela Equipe responsável, com base numa avaliação de cada situação particular. Por outro lado, os adolescentes não ficam privados de liberdade, como ocorre na medida de internação, onde os alojamentos são gradeados. Esse aspecto, que concerne ao espaço interno da instituição, constitui o maior diferencial entre a medida de internação e a medida de semiliberdade. Enquanto a primeira dispõe de mais recursos de repressão e de contenção para abordar tensões que podem surgir entre os diferentes protagonistas do processo, inclusive as oriundas do relacionamento entre os próprios adolescentes, a segunda tem a sua disposição, como meio de intervenção, atividades externas.

Na Unidade de Semiliberdade, atua um grupo de profissionais, formado por: um corpo diretivo - diretor geral e diretor de segurança; uma equipe de segurança socioeducativa - agentes de segurança socioeducativos; e uma equipe técnica interdisciplinar - psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e advogados. Os horários de trabalho são organizados de forma a garantir a presença no local, durante todos os dias e todas as noites, de profissionais desse grupo. A medida socioeducativa de semiliberdade é marcada pelo alto índice de evasão<sup>3</sup>, dado que, reiteradamente, põe em questão, a eficácia dessa medida. Os representantes dos órgãos de Justiça que integram o grupo perguntam-se, com frequência, se realmente a medida cumpre os objetivos previstos, bem como questionam se esse tipo de Medida Socioeducativa possui força suficiente para produzir os efeitos desejados. No entanto, não resta dúvida de que tal prática produz efeitos positivos sobre os jovens. A propósito, por exemplo, de um adolescente que testemunhou a um dos técnicos da equipe como há uma tensão entre evadir e cumprir a medida:

A semiliberdade deixa você preso na cabeça. Toda hora que você está lá fora, fica pensando que tem que voltar. Você pega o mesmo ônibus que vai para sua casa para ir para o curso profissionalizante. Diferente da internação, *em* que você fica preso com o corpo.

---

<sup>3</sup> Considera-se evasão o fato de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa sair para alguma atividade externa e não retornar à Unidade de Semiliberdade.

O que se pretende com pesquisas nesse campo é também registrar e elucidar tais efeitos, observados e colhidos pelos profissionais que lidam diretamente com os adolescentes na Medida de Semiliberdade. Acredita-se que a leitura e a interpretação das dificuldades testemunhadas pelos próprios jovens no curso do cumprimento dessa medida, assim como as angústias dos técnicos em face dos impasses surgidos no cotidiano de suas práticas, é o que pode fornecer instrumentos pertinentes à análise e à proposição de respostas inéditas para o trabalho.

Como dito antes, refletir sobre a função das instituições públicas na vida desses adolescentes, mobiliza todo o cenário político em torno das ações dos gestores federais, estaduais e municipais. Da parte dos profissionais que trabalham com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas – os responsáveis pela aplicação das ações que visam responsabilizar esses adolescentes pelos atos por eles cometidos –, não é incomum a indagação sobre o que, nesse processo, funciona e, na verdade, é possível fazer. O cotidiano da experiência suscita muitos questionamentos e, muitas vezes, as dificuldades experimentadas levam a privilegiar opiniões em voga, na mídia e nas redes sociais, a respeito de soluções para a violência em detrimento do que a própria experiência ensina. É importante, contudo, buscar extrair dos impasses surgidos na prática, orientações para o trabalho.

Nessa perspectiva, os técnicos da área da psicologia, perguntando-se como poderiam se tornar referência de autoridade para os jovens – uma das orientações do Estado –, chegaram a isolar o espaço em que atuam com eles. Segundo elaboraram, ao longo de várias conversas, para que essa referência possa se instituir, há um obstáculo a transpor entre o que identifica esses jovens na sociedade e a resposta que dão a tal identificação quando entram na Medida Socioeducativa. A sociedade alega que o jovem envolvido com a criminalidade é alguém que “*não quer saber de nada*”, avaliação que se autoriza em função da própria maneira de tal adolescente agir no coletivo e tem valor de veredicto. Os jovens respondem a isso com esta injunção: “*Não dá nada para mim!*”, assim, a oferta da Medida de Semiliberdade, a ele proposta pela instituição pública com o objetivo de criar oportunidades novas de laço com o social, fica situada entre a recusa da sociedade em relação a esse jovem e a recusa deste ao julgamento da sociedade.

Assim como neste exemplo, outro fenômeno de identificação que interfere na Medida de Semiliberdade pode ser observado e deve ser objeto de pesquisa mais aprofundada a ser desenvolvida. A questão central, nesse caso, formula-se da seguinte maneira: Como se dá o processo de identificação que favorece o laço social de jovens envolvidos com a criminalidade?

Nesse contexto, a identificação será tratada, não como um conceito, mas como um termo abrangente, que acolhe designações isoladas a partir do convívio com esses jovens, inicialmente, no grupo de criminalidade a que pertencem; em seguida, no curso da medida socioeducativa de semiliberdade; e, finalmente, no momento do desligamento deles da Medida. Para situar essas designações no campo em que surgem, optou-se por apresentar a construção desse objeto de pesquisa em função do olhar de um profissional de psicologia, que teve contato com tais jovens no Programa *Fica Vivo!*<sup>4</sup> e posteriormente, na medida socioeducativa de semiliberdade, primeiro como técnica e, depois, como diretora de Unidade.

No âmbito do *Fica Vivo!*, pode-se apreender a identificação na inserção de cada adolescente na respectiva gangue; no da Medida de Semiliberdade, tal identificação surge atrelada à infração cometida, mas deve atingir um mais-além.

### **1.1 Os jovens em contato com os técnicos do Programa Fica Vivo!: O inimigo é nome de qualquer um**

O Programa *Fica Vivo!*, resultante de uma política pública da Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais - SEDS, objetiva controlar e prevenir homicídios nas áreas em que se afere ocorrência crescente de crimes violentos. Esse Programa é estruturado por meio dos Centros de Prevenção à Criminalidade - CPC, que também são responsáveis pelo Programa *Mediação de Conflitos*. O *Fica Vivo!* possui unidades instaladas no interior das comunidades marcadas por altos índices de homicídios, em que se ofertam aos jovens, em geral, oficinas de esporte, cultura e lazer. Os responsáveis por ministrarem essas oficinas, chamados oficineiros, são moradores das mesmas comunidades, selecionados por apresentarem uma característica crucial: nas comunidades onde residem, são novas

---

<sup>4</sup> O Programa Fica Vivo! é uma política pública de prevenção à criminalidade e será apresentado mais adiante.

versões de lideranças comunitárias, ou seja, constituem-se líderes em decorrência do interesse pessoal que demonstram pelo destino e futuro dos jovens moradores de favelas e de zonas de grande vulnerabilidade social. Esse interesse particularizado leva-os a inventar e propor atividades diversas que atraem a atenção dos adolescentes. Os oficinairos, utilizando espaços e recursos disponíveis nas próprias comunidades, desenvolvem suas atividades em becos, ao ar livre, ou em associações de bairros, escolas, ONGs, centros culturais e centros de saúde locais e divulgam sua iniciativa por meio desses espaços. Consideradas as ofertas que fazem, os jovens podem aprender diferentes atividades ou, ainda, conversar sobre qualquer inquietação pessoal, familiar ou própria da juventude.

O público atendido pelo *Fica Vivo!* é constituído essencialmente de jovens entre 12 anos e 24 anos de idade. Nessa faixa etária, qualquer jovem, tendo-se em vista seu interesse pessoal, pode solicitar ingresso em uma ou mais oficinas e participar das atividades nelas propostas. Não há qualquer tipo de processo seletivo nem exigência de frequência; o único pré-requisito determinante é ser morador do território abrangido pelo respectivo Centro de Prevenção à Criminalidade. Uma das justificativas dessa proposta assenta-se sobre dados de uma pesquisa<sup>5</sup>, em que se demonstrou ser justamente nessa faixa etária que os adolescentes mais cometem atos violentos e são vítimas deles. As oficinas são, pois, os locais em que os técnicos do *Fica Vivo!* buscam estabelecer contato com jovens marcados pela violência.

Normalmente, os adolescentes envolvidos com a criminalidade integram gangues, que agem segundo regras próprias de funcionamento e relacionamento. Quando um jovem escolhe pertencer a uma gangue e é aceito por essa, seu território é demarcado e seus inimigos são definidos. A demarcação de território limita a liberdade de ir e vir dos integrantes de cada gangue, o que lhes impõe circular unicamente em certos becos e guetos. Em suma, lhes é permitido transitar apenas no interior dos limites de determinado território e a ultrapassagem desses

---

<sup>5</sup> Estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)– *Síntese dos Indicadores Sociais 2003*–, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP)–*Relatório Violência por Armas de Fogo no Brasil*– e do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – *Programa de Controle de Homicídios – A experiência de Belo Horizonte*–, entre outros, têm demonstrado que jovens nessa faixa etária representam a maioria das vítimas de homicídios, principalmente devido a envolvimento com o tráfico de drogas.

limites significa correr risco de perder a vida. As barreiras dos territórios são imaginárias, mas reais, visto que a presença de um elemento externo é vista sempre como invasão e recebida a bala. Não são poucas as ocorrências de eliminação por assassinato de jovens identificados como rivais. Devido às invasões de território, acontecem também, com frequência, trocas de tiros entre gangues rivais. Toda essa dificuldade de circulação que o pertencimento a uma gangue impõe, acaba dificultando o acesso desses adolescentes às oficinas. Além disso, parece haver, a princípio, da parte destes, certa resistência em participar de oficinas e conversar com osicineiros.

O trabalho do profissional de psicologia no Programa *Fica Vivo!* consiste em visitar as oficinas e, na oportunidade, tentar conversar com os participantes delas, bem como com osicineiros. Nessas tentativas, observa-se que, geralmente, os jovens envolvidos com a criminalidade escolhem se instalar nos cantos do local, de onde observam o que se passa ao redor, enquanto os demais jovens se distribuem mais à vontade. Além disso, eles não ficam parados nos cantos e a todo o momento saem e retornam ao local, como se fosse imperativo vigiar o que acontece nos arredores, do lado de fora. Assim, ficam divididos entre o lado de fora e o lado de dentro, onde, por exemplo, meninas dançam e osicineiros ensinam novos passos de dança ou práticas curiosas relativas a cada área. Finalmente, nunca são assíduos às oficinas, como ocorre, em geral, com os outros participantes delas.

Nas conversas desenvolvidas com integrantes de gangues, não passa despercebido aos profissionais do Programa que os jovens falam uns com os outros sem parar. Essas conversas geralmente acontecem nos becos: os jovens estão todos lá, juntos; falam ao mesmo tempo, cada um conta uma história; entram no assunto e logo saem dele; vão à esquina; observam o movimento dos outros becos; voltam; gritam com pessoas que passam do outro lado da rua. Trata-se, pois, de um amontoado de jovens, que na verdade, falam para si mesmos e quando conversam com determinado colega, sequer percebem o assunto que está em pauta no grupo. Não parece haver, entre eles, qualquer relação de amizade, companheirismo ou afeto. Mostram-se agitados, sempre à espreita, à espera de algo acontecer, e, assim sendo, é cada um por si. Por outro lado, não são incomuns as agressões entre os membros de uma mesma gangue, o que pode ocorrer para *“cobrar um vacilo”*, bem de acordo com a pena de talião: quando se julga que um deles atrapalhou a vida de um colega ou ofendeu algum deles, este merece desforra igual ao impasse

acontecido ou à ofensa feita. Outra situação de agressão comum justifica-se como consequência da necessidade de eliminar um companheiro para assumir o lugar de liderança deste.

O mundo contemporâneo caracterizado pela queda de ideais e consequente enfraquecimento de referências simbólicas, favorece relações deste tipo. Os referenciais simbólicos de uma cultura organizam as relações entre os homens, constituem-se em parâmetros para o convívio social e seu enfraquecimento é o que abre espaço para o império das forças do Supereu, que exige o “Goza!”, assim como para a prevalência de relações estabelecidas no eixo imaginário, em que a especularidade situa o outro, seu semelhante, como uma ameaça. É este último aspecto que se destaca sobremaneira nas observações de gangues, em que qualquer sinal pode tornar-se indicativo do mal que se deve fazer a alguém para não sofrê-lo. Assim, os jovens matam para não morrer, agredem para não serem agredidos, todos são maus e, a qualquer momento, podem atacar. Qualquer palavra é advertência e, ao mesmo tempo, ameaça.

Nesta conjuntura das relações dos jovens em suas gangues, não é possível abordá-los como uma forma de grupo social. Freud (1921), em estudo sobre a formação de grupos, destaca o “*Ideal do Eu*” como um elemento agregador. Um ideal comum – como a religião ou o exército – é o que impulsiona os membros de um grupo a estabelecerem projetos e a justificar privações em nome de um bem comum. Este elemento não se encontra presente nos agrupamentos dos jovens, que ficariam melhor caracterizados pelo termo “desinserção”. É Jacques-Alain Miller (2009) que o propõe, em *Rumo ao Pípol 4*, para caracterizar situações subjetivas em que se sobressai uma desconexão social. No caso dos jovens e suas gangues, considerando-se inclusive as atuações de cunho criminoso praticadas pelo bando, trata-se, portanto, muito mais de um contexto de desinserção social que de uma forma de grupo social.

Diante desse fenômeno de desinserção social entre os jovens e suas particularidades, a primeira pergunta que se formula, busca saber se a medida socioeducativa, como projeto social, ou seja, projeto do Outro simbólico para jovens em situação de desinserção, pode intervir nessa paranoia ambiente.

## **1.2 Os jovens se apresentam: Apelido é nome imaginário**

Quando os jovens cedem à ameaça do outro e aceitam a oferta do profissional para uma conversa privada, em atendimento individual, separados de sua gangue, inicia-se uma experiência com a palavra, que lhes permite, aos poucos, refletirem sobre sua história, suas experiências, suas escolhas e embaraços. Geralmente, os adolescentes identificam o momento preciso em que fizeram a opção por integrar uma gangue envolvida com a criminalidade. Há sempre algo específico na vida de cada um que conta, decisivamente, para essa escolha; mas, de maneira geral, esta escolha coincide com o período em que eles desistiram da escola, abandonando-a, e/ou deixaram de participar, por exemplo, de um grupo de futebol. Estes jovens acreditam que há uma realização importante no plano do ser, que deve aparecer na família, na comunidade e na gangue, esta última sendo o palco para tal realização.

Em decorrência das conversas desenvolvidas com os jovens nas gangues, firma-se, de forma inesperada, a confiança depositada no técnico do Programa, que, como tal, representa a instituição em que trabalha. Esse técnico torna-se o Outro simbólico, a quem recorrer para denunciar as ameaças de outros imaginários, de colegas de gangues e de todos os seus semelhantes, moradores do morro. Ao longo das conversas, os assuntos endereçados ao Outro são diversos: demanda de oficinas e de cursos profissionalizantes, importância da documentação de identidade, informações gerais, queixas acerca da abordagem da polícia e outros. Nessas oportunidades, os jovens costumam sugerir a criação de eventos e de festas de *funk* no território em que vivem ou falam da situação de desvantagem em que se encontram com relação a outras gangues, porque lhes falta determinada oficina, oferecida no território vizinho. No relacionamento dos jovens com o técnico, nesse caso, estabelece-se uma relação de suposição de saber. Os adolescentes pressupõem, então, que o técnico em questão tem acesso ao Outro simbólico. Assim, por meio da palavra, esses jovens desinseridos começam a construir um laço, uma conexão, que passa pelo saber suposto. Miller (2009) assinala que, *“uma conexão, mesmo que fugaz, com o saber suposto, que, hipoteticamente, chamamos inconsciente, se traduz, de modo geral, por uma reconexão como o que se chama, tradicionalmente, o discurso do Outro”* (p. 09).

Os adolescentes depositam suas questões nos técnicos, tornando-os mediadores do laço com o Outro social e simbólico. Por meio dessa relação de palavra, buscam soluções para seus problemas, distintas daquelas caracterizadas pela violência. Para eles, é notório que a violência leva à morte, e a aposta na palavra visa um caminho distinto, que não obstaculiza a vida. Esse espaço em que as conversas acontecem por breves instantes pode ser qualificado de *Lugar Alfa*, definido por Miller (2009) como um espaço que não é exatamente um local de escuta, mas, precisamente, “*um lugar de respostas, um lugar em que falar à toa assume a forma da questão e a própria questão, a forma da resposta*”.

Os jovens envolvidos com a violência não são, porém, violentos o tempo todo, especialmente quando conversam. Eles previnem o adversário do momento de uma atuação violenta, dando sinais: pintam os cabelos, ficam silenciosos, as ruas ficam vazias, atiram para o alto. Assim, a comunidade fica alerta para algo que está por vir. Nesse momento, que precede uma guerra anunciada, os oficineiros entram em cena, propondo um grafite no muro de um beco; a polícia entra em ação, instalando-se na fronteira dos territórios para evitar a troca de tiros; e os profissionais do *Fica Vivo!* vão ao encontro dos jovens que se dispuseram a conversar. Dessa forma, cada um, à sua maneira, tenta conter os homicídios com tipos de oferta diversos, que se configuram como apostas em soluções de outra ordem.

A comunidade e os técnicos do Programa não conhecem esses jovens por seus nomes próprios, já que eles sempre se apresentam por apelidos. Para se defenderem, recusam-se a mostrar o documento de identidade ao se inscreverem no *Fica Vivo!* Assim, *Zoi*, *Nem*, *Supera*, *Mãozinha*, *Vaca Loka*, *Chitão* e *Dentinho*, entre outros, são apelidos que os identificam. A maior parte desses apelidos inspira-se em um traço ou característica apreendido na imagem do corpo; outros são cunhados no âmbito da família; e há, ainda, alguns aleatórios, escolhidos pelos próprios jovens para se representarem. *Mãozinha*, por exemplo, designa um jovem que apresenta paralisia em uma das mãos; *Dentinho* identifica um jovem que chama atenção pela presença de dentes avantajados na boca; *Zoi*, *Nem* e *Chitão* são apelidos atribuídos por familiares, desde a primeira infância; *Supera*, por sua vez, é um apelido inventado pelo jovem em questão e associa-se a uma experiência infantil, cuja lembrança lhe foi reconstituída pela mãe: (Um dia, o pai chegou em casa bêbado, encostou-se no marco da porta, onde permaneceu por alguns instantes, como que petrificado, olhando fixamente para a mulher assentada em

uma cadeira, com o bebê no colo; de repente, apanhou uma pedra no chão e arremessou-a em direção à mulher; a pedra acertou em cheio a testa do bebê, e deixou uma cicatriz ainda visível nos dias de hoje). Na opinião do jovem, ele serviu de escudo para proteger a mãe; por isso, com base nesses fatos, ele considera-se um super-homem. *Supera* é uma forma reduzida do nome do super-herói. Nas pichações que faz pelos becos da comunidade, esse adolescente grafa a letra S, inicial do seu apelido, dentro de um triângulo com base para cima e ponta para baixo, tal como na marca estampada no peito da vestimenta do personagem de ficção, e diz que se trata de um escudo. Nas atuações de sua gangue, tanto no conflito com gangues rivais quanto no confronto com a polícia, revela atitudes audaciosas e arrisca-se como se tivesse superpoderes para assegurar a própria vida.

### **1.3 Os jovens em cumprimento das medidas socioeducativas: Nome próprio e nome da infração**

Numa outra vertente, uma das funções do profissional responsável pela execução de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida, também previstas no ECA, consiste em promover encontros semanais com os adolescentes, em que estes possam falar sobre sua vida pessoal, familiar, escolar e, sobretudo, sobre o(s) ato(s) infracional(ais) que cometeram. Objetiva-se com essa atividade a criação de um espaço de elaboração propício à responsabilização dos adolescentes por seus atos. Com esses encontros, visa-se, igualmente, acompanhar de perto o processo de reinserção dos jovens na escola, em sua família e na sociedade, munindo-os de uma qualificação profissional, bem como da devida e necessária documentação civil - Carteira de Identidade, Título de Eleitor, Certificado de Reservista e CPF.

A regularidade desses atendimentos favorece o estabelecimento de um laço de confiança entre cada adolescente e o técnico que o acompanha. Observa-se, também nesse caso, que, pouco a pouco o adolescente se aprofunda nos assuntos tratados, fornecendo detalhes, seja sobre sua família, seja sobre sua relação com o ato violento cometido. No âmbito da Medida, considera-se que essa comunicação é fundamental e concerne à produção de um saber, ou de um sentido, que tem função de borda para o ato infracional cometido. Alguns adolescentes chegam a formular encaminhamentos para as questões que os mobilizam e propõem soluções novas

para sua vida: vincular-se à escola, encontrar uma profissão, introduzir-se em atividades culturais, tornar-se pai de família e outras. Contudo nem todos conseguem pôr em prática as propostas por eles próprios elaboradas e acabam reincidindo no crime, assim, novamente são apreendidos e recebem uma medida mais gravosa, com restrição da liberdade, que pode ser a medida socioeducativa de semiliberdade ou, mesmo, a internação.

O importante a destacar é que, no espaço da medida socioeducativa de Liberdade Assistida, os adolescentes são designados por seu nome próprio. O Sistema de Justiça envia aos técnicos responsáveis, a documentação concernente a cada um deles, em que constam, obviamente, apenas os respectivos nomes próprios. Então, os técnicos reportam-se aos jovens apenas por meio desses nomes e eles respondem devidamente a esse chamado, sem recorrer a apelidos, que, de modo geral, nem são conhecidos. Acredita-se que esse fato se dá porque os jovens vão aos atendimentos da liberdade assistida sozinhos, não vão em grupos ou em bandos. Às vezes, são as mães dos jovens que, ao relatarem em atendimento alguma situação, se referem aos filhos pelos apelidos que têm.

Na Unidade de Semiliberdade, o contato dos profissionais com os adolescentes ocorre a cada dia, durante todo o tempo de permanência deles no local. É nesse intervalo de tempo, permeado pela rotina da vida doméstica, que se constrói um vínculo determinante para a averiguação dos interesses e das habilidades de cada um dos jovens inseridos na Medida e para a subsequente proposição de atividades escolares, de formação profissional ou de outra natureza.

Como consequência desse contato próximo, consegue-se observar que os jovens costumam se referir uns aos outros, nomeando o artigo do Código Penal Brasileiro que, em função do ato infracional por eles cometido, lhes foi atribuído pelo Poder Judiciário. Na verdade, desde o primeiro contato com o profissional que recebe o jovem na Unidade e este deve preencher a respectiva Ficha de Admissão, esse fenômeno manifesta-se: “*Eu sou 155*”<sup>6</sup>, apresenta-se um jovem como se dissesse seu nome próprio; “*Eu sou 157*”<sup>7</sup>, diz um outro, quando interrogado sobre

---

<sup>6</sup> No Código Penal Brasileiro, esse é o número do artigo que nomeia o furto, caracterizado pelo ato de “*subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel*”.

<sup>7</sup> No mesmo Código, com esse número designa-se o artigo referente ao roubo, que consiste em “*subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência*”.

que infração cometeu; *“Eu sou Morro das Pedras”*<sup>8</sup>, declara um terceiro, fazendo clara referência à violência que esse local evoca. Nota-se, nesses exemplos, a identificação dos adolescentes com o código do Outro, ou seja, com a representação que eles adquirem em decorrência do sinal convencionado da violência social. Diferentemente, portanto, nesse caso, os jovens não se tratam por apelidos como acontece no âmbito das gangues, nem pelo nome próprio, como ocorre na Medida de Liberdade Assistida. No regime de Semiliberdade, é o número sinalizador do ato infracional, segundo o artigo do Código Penal Brasileiro, que serve de identificação para cada jovem.

Nesse contexto, observa-se ainda, certa tendência do grupo em reproduzir dentro das Unidades de Semiliberdade, as regras praticadas por eles no domínio das gangues. Cabe, então, aos gestores locais, estabelecer e elucidar, não só para os jovens, mas também para as equipes que atuam nessas Unidades, as regras e normas das instituições. Essa iniciativa provoca alguma inquietação nos adolescentes, que passam a agir com certa irritabilidade perante o estabelecido. O cumprimento de horários, os cuidados com os pertences pessoais e a organização da rotina diária tornam-se desafios para eles, que, na realidade, querem viver segundo as normas conhecidas em suas gangues. Então, atuam, transgredem e criam suas próprias regras, que geralmente, são contrárias e diferentes das normas das instituições. Esse fenômeno interfere também no trabalho das equipes de profissionais responsáveis pela execução de medidas de Semiliberdade, cujo objetivo consiste em construir para os jovens, propostas diferentes, visando responsabilizá-los, regulá-los e reinseri-los na convivência social e familiar.

Estabelece-se, por via de consequência, certa tensão entre o modo violento de ser, próprio à vida em bandos, e o modo imposto pelas regras das Unidades, de que as equipes técnica e de segurança se tornam representantes. Sobre esse ponto, a hipótese das autoras é a de que essas identificações contribuem para a formação de grupos dentro da Medida. Devido à marca decorrente das identificações, configura-se um traço de identidade fornecido pelo Outro, e os pares reconhecem-se no interior do coletivo daqueles que cumprem medidas socioeducativas, o que, então, lhes possibilita se agregarem. Tais identificações geram, portanto, apreensões e modos de funcionar ainda cunhado pela violência e devem ceder

---

<sup>8</sup> Nome de uma comunidade de Belo Horizonte/MG, marcada por alto nível de violência e problemas sociais.

espaço a outras formas de reconhecimento, a fim de que o processo de inserção possa ser aceito.

Freud (1930-1936) alerta sobre o fato de que a convivência entre os homens pode ser uma das maiores fontes de sofrimento e de mal-estar. Por isso, considerando-se que não há fórmulas de como se viver entre pares no regime de Semiliberdade, ocorrem brigas, desentendimentos, atos vários de desrespeito e outras formas violentas de responder ao mal-estar que então se impõe. Em face disso, reconhece-se a necessidade do estabelecimento de regras que regulem a convivência no espaço coletivo das Unidades de Semiliberdade. A única exigência, porém, é a de que tais regras não sirvam para apagar a espontaneidade, a contingência, as brincadeiras, as surpresas, os imprevistos e de que nelas caibam a subversão e a exceção. E que elas, também, não estejam a serviço de isolar e silenciar os adolescentes, numa lógica que se repete, sem descanso, na rotina dos protocolos e técnicas institucionais, criando situações bem típicas de instituições de controle social.

Se uma das funções das medidas socioeducativas reside em tentar desvencilhar os adolescentes envolvidos com a criminalidade da vida criminal, é desejável um desprendimento deles em relação aos artigos do Código Penal Brasileiro, com vistas a se possibilitar o acesso a outras formas de vínculo social. Entretanto, esse desprendimento apenas se torna viável à medida que uma nova identificação, conectada às aspirações e elementos singulares de cada sujeito, possa surgir.

A propósito, um profissional da área da psicologia recentemente contratado para trabalhar numa Unidade de Semiliberdade e, portanto, ainda inexperiente no domínio da socioeducação, foi interpelado por um adolescente em cumprimento de medida, exatamente sobre esse ponto da identificação com os artigos do Código Penal. Ao aproximar-se desse jovem e perguntar-lhe por que estava cumprindo medida socioeducativa, obteve prontamente esta resposta: *“Eu sou 157”*. O profissional, então, questionou: *“O que isso quer dizer?”* Nesse momento, o adolescente, surpreso, contestou-o: *“Como é que a Unidade contrata um psicólogo que nem sabe o que é 157? Como é que você vai trabalhar aqui?”* Esse fragmento é exemplar de como a identificação ao ato infracional representa o adolescente em face dele próprio, assim como junto aos outros moradores da Unidade, numa

assimilação que atinge o próprio ser. A possibilidade de formação de um novo laço social e de novas identificações somente se concretiza quando essa afirmação contundente – “*Eu sou 157*” – faz vacilar, a ponto do adolescente estranhar tal etiqueta, cifrada com base num código de violência, e, conseqüentemente, desejar ser reconhecido de outra maneira, por meio de uma realização mais afinada com o que é aceito na sociedade.

No curso do cumprimento de uma medida socioeducativa de Semiliberdade, os gestores das Unidades devem intervir nesse ponto, buscando destacar para os jovens as contradições que se estabelecem entre a identificação com a infração e as novas aspirações manifestadas, ocasionalmente, no sentido da inserção social. No início desse processo, é inegável a aceitação dos adolescentes, das identificações que os associam aos atos cometidos por eles, fato que favorece a entrada no grupo. Eles demonstram, então, satisfação ao relatarem o ato que justifica a denominação infracional e o fazem sem nenhuma hesitação, quando estão na escola, no curso profissionalizante ou em outras instituições em que se tenta inseri-los. Mostram-se ainda mais satisfeitos diante do efeito de horror, medo ou temor que conseguem provocar em seus ouvintes. Contudo, ao final do cumprimento da medida a que foram submetidos, deixam clara alguma recusa dessa identificação inicial. É no momento em que eles estão prestes a ser desligados da Semiliberdade que isso fica mais evidente: manifestam incômodo com os colegas que insistem em reavivar a referência à criminalidade; não querem que os colegas da escola, do curso profissionalizante, das oficinas e, mesmo, das atividades de esporte e lazer, fiquem sabendo do envolvimento anterior deles com a criminalidade. “*Eu não contei no curso profissionalizante que sou medida socioeducativa. Tem problema?*”, pergunta um deles. Também se evidencia que a identificação com os artigos do Código Penal Brasileiro perde seu valor quando se mostram satisfeitos em ser reconhecidos pelos outros adolescentes da Unidade como alguém que “*está de boa*”. Além disso, afastam-se dos companheiros que criam problemas e se inventam outros apelidos, outras nomeações.

Miller (2008), em “*Sobre o desejo de inserção e outros temas*”, esclarece que esse desejo é fundamental no ser falante:

[...] nesse desejo [de inserir-se], o social é radical, é raiz. Esse é o sentido do título de Freud “*Psicologia das massas e análise do eu*”. Nele Freud já diz que o social está constituído na relação analítica. Sabemos, aliás, que

um sujeito com um desejo de desinserção pode chegar ao suicídio social e ao suicídio vital.

É a partir da observação desses fenômenos, que a presente dissertação foi elaborada, para se perguntar se: essa nova identificação é condição para o laço social? Como acontece o processo da mudança subjetiva em relação à identificação infracional? Quais são os dispositivos da semiliberdade que propiciam a desvinculação das identificações com o infrator? Para atingir as questões que foram levantadas nessa dissertação busca-se na psicanálise o conceito da identificação, que é uma das categorias mais fundamentais da teoria e da metapsicologia freudiana.

## CAPÍTULO 2: A IDENTIFICAÇÃO NA PSICANÁLISE E A NOÇÃO DE LAÇO SOCIAL

Conforme definido no primeiro capítulo, o Outro, conceito lacaniano, é equiparado à linguagem com o social e regula o sujeito. É um Outro do simbólico que está inserido num discurso e no laço social. Jacques-Alain Miller (2005) indica que a contemporaneidade depara-se com uma mudança na forma da presença do Outro, uma vez que este já não se apresenta sob a aparência de unidade e de consistência. Essa fragmentação do Outro incide sobre os modos de identificação e de laço social na atualidade.

Na modernidade, o laço social e a identificação eram conduzidos por um eixo vertical, simbólico, ou seja, o líder orientava os seus membros. Freud (1921) exemplifica dois grupos conduzidos por uma identificação vertical: a Igreja e o Exército; por se organizarem em torno do líder, que detinha “o saber”. Ambas as instituições são triangulares ou piramidais, com um ápice ideal, ocupado pelo mestre. Os grupos, na atualidade, perante a inconsistência do Outro, estabelecem a identificação horizontal, imaginária, ou seja, os membros do grupo se organizam entre eles mesmos. Assim, há um declínio das identificações verticais. A identificação vertical, ao líder, foi substituída pela horizontal, aos pares. Portanto, quando essas identificações se dão a nível do imaginário, não formam um conjunto de traços coerentes para o sujeito. Miller (1998) evoca o conceito da identificação em Freud e faz uma releitura do seu texto sobre a identificação:

Enquanto na Europa se pratica de bom grado a identificação vertical ao líder, que aciona a sublimação de uma maneira poderosa (...), os Estados Unidos, a sacrificar em benefício do que se pode chamar identificação horizontal dos membros da sociedade entre eles. Não identificação ao mais-um, mas identificação horizontal dos membros da sociedade entre eles.

Dessa forma, podemos observar nos jovens inseridos nas gangues, que não há a identificação vertical. Há o predomínio da identificação horizontal. Eles se agrupam em torno dos ideais mutáveis, ou seja, desejam os objetos de consumo oferecidos pelo mercado. Desejam ter colares de ouro, moto, dinheiro e mulheres. As relações entre os membros das gangues são frágeis, e apesar de haver um suposto líder, os membros do grupo podem matá-lo perante a avaliação de uma ação que não foi realizada dentro das leis construídas pela própria gangue ou para

tomar o seu lugar de 'líder'. Matam, roubam e traficam, sem ter um motivo específico ou ideal, querem consumir e se identificam com seus pares. Assim, os jovens se apoiam nos objetos de consumo como forma de alcançar uma suposta “identidade”.

Como esses jovens envolvidos com a criminalidade podem tem uma identificação simbólica? Como a socioeducação pode auxiliá-los na construção de uma identificação vertical? Elucidar essas questões se torna importante, porque nesse nível de organização e identificação simbólica, podemos observar que há um laço social. Diferentemente da identificação imaginária que pode levá-los a morte.

A proposta do segundo capítulo é elucidar o conceito do processo da identificação, para isso, inicialmente, foi feita uma releitura nos textos da psicanálise buscando em Sigmund Freud, Jacques Lacan e Jacques-Alain Miller os caminhos percorridos sobre o processo da identificação na constituição do sujeito.

## **2.1 Sigmund Freud e as três formas de identificação**

A identificação é conhecida pela psicanálise como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa

(Freud, 1921, pg. 115)

As principais referências de Freud sobre a identificação encontram-se em seus textos de 1895, 1905, 1908 e 1921. Vale observar que tal conceito sofreu várias modificações e por esse motivo é importante verificar em seu percurso as elaborações que auxiliam na construção da importância do processo de identificação.

Desde “*Estudos sobre a Histeria*”, Freud (1895) reconhece a importância e a especificidade do processo de identificação na constituição do sintoma histérico. Observa que o mesmo, ao contrário das evidências que se levam a supor, não sobressai a uma simples imitação. Estabelece, nessa época, que se trata de uma complacência somática e da representação de uma fantasia inconsciente de conteúdo sexual, contra a qual a identificação se constitui como uma defesa, assim como contra o desejo inconsciente que se supõe. O autor destaca o caso clínico de Elizabeth Von R. que concerne à aptidão dos neurótico de tomar o lugar do outro. A paciente queixava-se de sentir fortes dores nas pernas e durante análise ela confessa o desejo de encontrar a felicidade tal como ela supunha que sua irmã tinha

ao lado do marido. A irmã de Elizabeth havia falecido e o sentimento de culpa pela morte da irmã, a quem amava, mas havia desejado que morresse para poder se casar com o cunhado, fez com que a paciente sofresse com fortes dores nas pernas, o que a impedia de se relacionar com o cunhado. Fato que leva a Freud concluir que Elizabeth desejava tomar o lugar da irmã.

Outro caso clínico importante para o estudo da identificação é a paciente Dora, que em uma sessão de análise em que se queixava de fortes dores no estômago, Freud (1905) lhe perguntou: “*A quem você está copiando?*”. Dora lhe revela então que no dia anterior, visitou suas primas, dentro das quais a caçula tinha acabado de ficar noiva e a primogênita, na ocasião desta visita, estava sofrendo de fortes dores no estômago, o que Dora atribui imediatamente ao ciúme da irmã. Freud (1905), então, assinala que Dora identificou-se com prima.

Em 1905 o autor retoma o conceito da identificação em “*Três ensaios sobre a sexualidade*”. Freud foca na formação da identificação sobre a relação do sujeito com sua mãe. Essa relação se dá através dos cuidados dedicados da mãe à criança e que irá, por sua vez, construir gradativamente a imagem do corpo. O que a criança captura da fala e dos cuidados que a mãe lhe oferece é o que irá definir as formas de satisfação a uma identificação da criança.

No conjunto das contribuições de Freud para o conceito da identificação, o capítulo VII da “*Psicologia das Massas e Análise do Eu*” constitui uma referência central. Nesse texto, Freud (1921) descreve as três formas de identificação. A primeira forma é a identificação ao pai, a segunda é a identificação histórica e a terceira é a identificação na formação do sintoma. A segunda e a terceira formas são introduzidas a partir de casos clínicos concernentes à formação neurótica dos sintomas. Nessas formas, destaca-se a característica de compromisso favorecida pela identificação, para que a satisfação pulsional possa acontecer de forma disfarçada.

A segunda forma explicita o mecanismo de substituição do sujeito pela pessoa que lhe suscita hostilidade ou pela pessoa por quem se tem uma inclinação amorosa. Miller (2010) descreve a identificação histórica como identificação participativa e justifica que é por ser uma identificação participativa da história de vida de outro sujeito, qualificando antes de tudo por sua falta. Freud (1921), ao dizer sobre a identificação histórica, demonstra o mecanismo completo da estrutura de um

sintoma histérico. Esta estrutura, o autor exemplifica com dois casos. Eis o exemplo do primeiro caso:

Suponhamos que uma menina (e, no momento, nos ateremos a ela) desenvolve o mesmo penoso sintoma que sua mãe, a mesma tosse atormentadora, por exemplo. Isso pode ocorrer de diversas maneiras. A identificação pode provir do complexo de Édipo; nesse caso, significa um desejo hostil, por parte da menina, de tomar o lugar da mãe, e o sintoma expressa seu amor objetal pelo pai, ocasionando realização, sob a influência do sentimento de culpa, de seu desejo de assumir o lugar da mãe: 'Você queria ser sua mãe e agora você a é — pelo menos, no que concerne a seus sofrimentos'. (pg.63)

Neste exemplo, o sintoma da menina é o mesmo da pessoa hostilizada, no caso a mãe. No segundo exemplo, Freud (1921) retoma o caso Dora<sup>9</sup> para demonstrar a identificação com o sintoma da pessoa amada. No caso Dora, o sintoma imita a tosse do pai, "*a identificação apareceu no lugar da escolha de objeto e que a escolha de objeto regrediu para a identificação*". Em definitivo, nesse processo, o Eu adota características do objeto (amado ou hostilizado). Freud (1921) chama atenção para o fato dessa forma de identificação acontecer por meio de apenas um traço da pessoa-objeto.

A identificação, portanto, encontra-se descrita como a marca de um elemento pontual apreendido em outra pessoa – detestada, ou amada, ou indiferente – explicando a formação sintomática. Em outras ocasiões, Freud dirá que o Eu, em grande parte, é constituído por essas marcas, independentemente delas se comportarem com desprazer para o sujeito, ou seja, o próprio Eu é uma formação sintomática. A partir dessa consideração, pode-se dizer que a perda das identificações visadas na direção de um tratamento, tem como efeito a redução do Eu, desta dimensão sintomática.

A terceira forma da identificação - identificação na formação do sintoma - é baseada em querer ou colocar-se na mesma situação. Freud (1921) exemplifica com o caso das moças de um internato.

Uma das moças de um internato recebe de alguém de quem está secretamente enamorada uma carta que lhe desperta ciúmes e que a ela reaja por uma crise de histeria. Então, algumas de suas amigas que são conhecedoras do assunto pegarão a crise, por assim dizer, através de uma infecção mental.

---

<sup>9</sup> Paciente de Freud, apresentada em "Fragmento de análise de um caso de histeria".

Freud (1921) fala que esse mecanismo é o da identificação baseada na possibilidade ou desejo de colocar-se na mesma situação. As outras moças também gostariam de ter um caso amoroso secreto e, sob a influência do sentimento de culpa, aceitam também o sofrimento envolvido nele. O autor diz que não se trata de apropriação do sintoma por compaixão, ao contrário, a compaixão surge somente a partir da identificação. O Eu capta no outro uma identificação significativa em certo ponto, constrói uma identificação sob influência da situação patogênica, essa identificação se desloca para o sintoma que o Eu produziu. O autor conclui que a *“identificação por meio do sintoma tornou-se assim o sinal de um ponto de coincidência entre os dois Eus, sinal que tem de ser mantido reprimido”*.

A primeira identificação descrita por Freud (1921), nesse mesmo capítulo do livro *“Psicologia das massas e análise do eu”*, é bem diferente destas duas formas de identificação que tem por função solucionar uma tensão via objeto. A identificação com o pai é desenvolvida por Freud (1921) como sendo uma identificação que acontece muito cedo na vida do sujeito. *“Um menino mostrará interesse especial pelo pai; gostaria de crescer como ele, ser como ele e tomar seu lugar em tudo. Podemos simplesmente dizer que toma o pai como seu ideal”*. Lacan (1961) se refere a esta identificação como sendo a identificação primitiva, ou seja, que é anterior a situação edipiana e é desta identificação primordial *“que faria surgir o desejo pela mãe e, daí então, pelo reverso o pai seria considerado um rival”* (pg.11). Este comportamento, Freud (1921) nomeia como uma identificação ao pai que o filho o toma como modelo.

Assim, Freud (1921) conclui uma diferença entre a identificação com o pai e a escolha deste como objeto. *“No primeiro caso, o pai é o que gostaríamos de ser; no segundo, o que gostaríamos de ter, ou seja, a distinção depende de o laço se ligar o sujeito ou ao objeto do eu”*. Essa identificação extraída do complexo paterno refere-se ao que se deseja “ser”, enquanto as duas outras formas pelas quais os sintomas se configuram, tem relação com o objeto e, portanto, com aquilo que se deseja “ter”.

Freud (1921) considera que esta identificação é inaugural ao pai, como prévia e anterior a qualquer escolha de objeto e conclui a diferença entre as três formas de identificação:

O que aprendemos dessas três fontes pode ser assim resumido: primeiro, a identificação constitui a forma original de laço emocional com um objeto; segundo, de maneira regressiva, ela se torna sucedâneo para uma

vinculação de objeto libidinal, por assim dizer, por meio de introjeção do objeto no eu; e, terceiro, pode surgir com qualquer nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que não é objeto de instinto sexual. Quanto mais importante essa qualidade comum é, mais bem-sucedida pode tornar-se essa identificação parcial, podendo representar assim o início de um novo laço.

A distinção entre o “ser” e “ter” é algo que Lacan (1961) vai tomar no sentido de caracterizar a relação entre o sujeito e o significante privilegiado, o falo. O falo, para Lacan (1961), é o significante primeiro da identificação, significante sem significado, pura inscrição da diferença. E é a partir da inscrição do falo como falta, que ele reformulará a teoria da identificação. Para Lacan o desejo do sujeito é sempre o desejo do desejo do Outro e é a partir daí que o sujeito constitui o registro do simbólico, ou seja, é nesse momento que ele vai constituir a sua representação no campo do Outro.

Lacan (1961) elucida que existe uma impossibilidade absoluta de qualquer relação de identidade quando os significantes estão em jogo. O desajuste no qual o sujeito é representado pelo Outro, a forma como é visto ou descrito pelo Outro e o fundamento do ser é, segundo esse modo de ver, algo intransponível. Há uma dúvida eterna: quem sou eu?

O sujeito a todo o momento recebe do Outro, vários traços identificatórios. A partir das escolhas feitas pelo sujeito sobre o que quer ser, resta verificar se é uma identificação que o ligue à vida ou se o congela em uma identificação mortífera, paralisando-o. Contudo, a dimensão da criação se coloca novamente pela inexistência de resposta pronta para a pergunta sobre a identidade do ser. Entretanto, como não há respostas corretas e exatas que definem o sujeito por toda sua vida, o que resta é ir agregando traços provisórios: as identificações.

## **2.2 Jacques Lacan e a identificação na teoria dos significantes**

Lacan (1961) inova a partir do momento em que conclui que para interromper a sequência com uma elaboração da relação do sujeito para o significante. Há a repetida invocação da definição de significante como oposto ao signo, então ele pode mostrar que “*é do efeito do significante que o sujeito desta maneira emerge*” (pg. 03). Nesse trecho, Lacan (1961) diferencia o signo e o significante que são

crucialmente diferentes de suas formulações dos Seminários anteriores. Aqui ele diz que enquanto signo é o que representa algo para alguém, o significante “é o que representa precisamente o sujeito para outro significante” (pg. 12).

Novamente, Lacan (1969), em *O Seminário livro 17: o avesso da psicanálise*, nomeou de discurso do Outro o desejo do sujeito de inserir-se. Trata-se da inserção como identificação, ou seja, o sujeito se identifica a um significante (S1) “e de certo modo, morre nessa identificação, faz-se representar por um significante rígido. (...) A palavra é a morte da coisa, da identificação”. O autor continua seu pensamento, formulando que com a chegada de um novo significante (S2), há uma nova vida, o sujeito renasce e produz um objeto. Miller (2008) conclui que Lacan distingue a alienação e a separação. A alienação no momento em que o sujeito está rígido com um significante (S1), é a identificação e a separação é quando chega um novo significante (S2). Assim, com a separação, o sujeito desprende-se do corpo, o que Lacan posteriormente formula que “o sujeito deseja ser “pars”, ser parte, e que o desejo de ser parte, de pertencer a um todo, tem relação com o objeto”.

A identificação com o traço unário, que é a primeira identificação em Freud (a identificação ao pai), pode ser tomada emprestada de uma pessoa, seja a pessoa amada ou a quem se tem hostilidade, como Outro. A identificação primordial, caracterizada como uma incorporação canibal do pai – no seguinte sentido: o que é desejado é devorado -, nos termos do ensino de Lacan, trata-se de uma passagem pelo Outro. Esta referência freudiana da identificação primordial ao pai é considerada cuidadosamente por Lacan que lhe dá vários desdobramentos, dentre os quais a própria teorização do Nome-do-Pai e da metáfora paterna.

A instalação prévia da identificação ao pai, em Freud, é determinante para a organização da sexualidade em suas duas vertentes: a do Complexo de Édipo e do Complexo de castração. A questão à qual Lacan se dedica é a de saber: “*quem sou como ser vivo sexuado?*”. Para responder a essa questão é preciso desenvolver o Nome-do-Pai e a metáfora paterna. Lacan (1962) confere toda ênfase ao falo como elemento central do processo simbólico e abandona, assim, uma primeira resposta elaborada em torno do registro imaginário do Eu. Para tentar responder ao “*quem sou?*”, o autor parte do sujeito e do registro simbólico. Define o registro simbólico a partir das insígnias do Outro, depois das dos significantes, para chegar ao falo e à castração. O significante é o que representa o sujeito para um outro significante. A

causalidade inscrita no Outro implica uma alienação do sujeito. É o sujeito dividido entre dois significantes.

Na infância, na qual prevalece um modo de satisfação autoerótico, a pulsão se satisfaz na relação com a mãe como provedora dos objetos de investimento libidinal. O Nome-do-Pai é o que permite que o corpo da criança, até então a serviço da mãe, possa ser representado pelo significante, nomeando seu gozo inscrito no desejo do Outro. O resíduo dessa operação é velado pelo significante fálico, o qual faz funcionar o intercâmbio simbólico.

Na adolescência, porém, o objeto parental é condenado como objeto sexual, o que obriga o sujeito a constituir a fantasia como a forma definitiva de organização de sua satisfação sexual. A fantasia será o recurso do qual o sujeito lançará mão quando é chegado o momento do encontro sexual.

### **2.3 As identificações do Complexo de Édipo**

Lacan (1957), em *Formações do inconsciente*, explica os três tempos do Édipo. No primeiro tempo “*o sujeito se identifica em espelho ao que é o objeto do desejo da mãe. É a etapa fálica primitiva, (...) na medida em que a primazia do falo já está instaurada*”, pela existência do símbolo. Nesta etapa, basta a criança ser o falo da mãe. No segundo tempo, o que retorna à criança é a lei do pai. Esta lei é imaginariamente concebida pela criança como privando a mãe. A mãe aparece dependente de um objeto que não mais simplesmente o objeto de seu desejo, mas sim o objeto que o Outro tem ou não tem. A mãe é reenviada a uma lei que não é a sua, mas a do Outro. Este estado nodal desliga o sujeito de sua identificação, ao mesmo tempo em que o religa à primeira aspiração da lei. Lacan (1957) isola o caráter decisivo da relação da mãe à palavra do pai. O último tempo é aquele que depende da saída do Édipo. O pai deu provas de que daria o falo, na medida em que é portador da lei. É dele que depende a posse ou não, pelo sujeito materno, deste falo. É preciso que o pai sustente sua promessa. Ele pode dar ou recusar enquanto aquele que tem o falo. Mas deve fazer a prova do falo.

No terceiro tempo, ele intervém como aquele que tem, e não como aquele que é o falo, e é por isso que se pode produzir a báscula que reinstaura o falo como objeto do desejo da mãe e não somente como objeto do qual o pai pode privar. É a

saída do complexo de Édipo. Esta saída é favorável à condição que a identificação ao pai se faça neste terceiro tempo, em que ele intervém enquanto aquele que tem. No terceiro tempo, o pai intervém como real e potente. Este tempo sucede à privação e à castração que incide sobre a mãe, mãe imaginada no nível do sujeito em sua situação de dependência.

A escrita da metáfora permite encontrar uma solução para o problema da passagem fundamental para a mulher da mãe como objeto primordial ao pai como objeto de amor. Permite dar conta da primeira identificação freudiana ao pai e introduzir a lógica da castração, permite dizer que a primeira identificação fundamental é uma identificação fálica a partir do momento em que o desejo da mãe é tomado no restrito fálico. Permite deslocar o impasse freudiano de ter ou não, sobre o de ser pela identificação ao pai. O Nome-do-Pai, mais além da identificação ao pai, é o nome que assume a captonage do gozo, do sentido sexual, do efeito-de-sentido. Como afirma Laurent, “o Nome-do-Pai assegura a captonagem entre os nomes e as coisas do sexo”. O acesso no sentido sexual e a normalização sexual por vir, apenas é possível por meio dessa captonagem. “É preciso um nome que fixe a metonímia do sentido sexual que sempre desliza”, um nome que autoriza a coerência de um universo de discurso. O pai morto sob os auspícios do significante do Nome-do-Pai, tampona o buraco pela identificação e o sentido cessa de escapar pelo uniforme identificatório.

#### ***2.4 Jacques Alain-Miller e a identificação como desejo de inserção no laço social***

Freud (1921), nos capítulos anteriores ao da identificação, se empenhou em formular as questões que envolvem o sujeito e o grupo. Explica que para uma organização coletiva é necessário que tenha laço social, através de uma organização libidinal. A sua principal articulação teórica foi desenvolvida a partir da articulação vertical dos indivíduos com o líder, estabelecendo assim, uma identificação entre os membros do grupo.

O autor encontra os mecanismos da identificação e da idealização para demonstrar as formas de relação libidinal para a organização dos grupos. Aponta

que para ter a identificação entre os indivíduos que compõem o grupo, eles precisam ser causados por um objeto exterior ao grupo: o líder. “*Um grupo primário desse tipo é certo número de indivíduos que colocaram um só e mesmo objeto no lugar de seu ideal do eu e, conseqüentemente, se identificaram uns com os outros em seu eu*”. A exterioridade do líder é, para Freud (1921), o que determina a coesão de um grupo, caracterizado por uma dimensão imaginária, já que em sua origem estaria a ilusão de uma completude perdida que determina a busca de um ideal. O autor ainda dá exemplos de dois grupos bem sucedidos: a igreja e o exército. Em ambos prevalecem à ilusão de que há uma cabeça, um chefe (Cristo e o comandante), que ama todos os indivíduos do grupo com um amor igual. Tudo une uns aos outros. O comandante chefe é um pai que ama a todos os soldados igualmente e por essa razão eles são camaradas entre si. A igreja e o exército são exemplos de grupos que organizam os sujeitos por terem um ideal, desejo e amor.

Diferentemente do momento freudiano em que os grupos tinham um ideal, como a civilização religiosa e o exército, dominada pelo Ideal do Eu, no mundo contemporâneo parece haver a precariedade simbólica e a prevalência do imaginário. Verifica-se na contemporaneidade, a predominância do Supereu, cujo imperativo se formula no “Goza!”. O sujeito precisa atacar e eliminar o outro e não prevalece a ordem social autoritária, hierárquica, regulamentadora e até disciplinar.

Miller (2009) em seu texto Rumo ao Pípol 4, trata do termo desinserção como uma das situações subjetivas da desconexão social. O autor compara a época em que a inserção social se fazia, primordialmente, pela identificação simbólica, “*estamos agora, num tempo em que o Outro não existe mais*” sendo substituído pelo objeto, o resto. A inserção na contemporaneidade se faz menos por identificação e mais por consumo, o que impera é a busca pela satisfação e a realidade social mostra-se dominada pela falta de gozar.

Miller (2008) em seu texto “*Sobre o desejo de inserção e outros temas*”, propõe que o desejo de inserção é um desejo fundamental no ser falante, pois o ser falante deseja inserir-se.

[...] nesse desejo (de inserir-se), o social é radical, é raiz. Esse é o sentido do título de Freud “*Psicologia das massas e análise do eu*”. Nele Freud já diz que o social está constituído na relação analítica. Sabemos, aliás, que um sujeito com um desejo de des-inserção pode chegar ao suicídio social e ao suicídio vital”.

Tomemos, nesse ponto, o conceito de desejo para articular com a formação do laço social. Lacan transpôs a libido freudiana no simbólico como desejo, e de certo modo muito simples, construindo o conceito de desejo como equivalente ao significado do significante: o desejo é o significado. Por esse fato, tudo que era em Freud e nos freudianos os avatares da libido, tornou-se o significado que corre sob o significante. De tal forma, que o desejo, segundo Lacan, é a libido, mas desde que ela sofreu incidência mortificante do significante. Assim, Lacan (1958) pôde dizer, em “*Instância da letra*” que a cadeia metonímica veicula o desejo morto. É por isso também que, ao tratar do desejo, ele trata, ao mesmo tempo, do gozo, nessa passagem, Miller (2005) cita que frequentemente “*o desejo envolve numa conclusão íntima, o prazer de saber e o de dominar – a curiosidade, a maestria – com o gozo*”. Lacan (1958) ambicionava, com o conceito de desejo, que não tivéssemos de falar de gozo, que não tivéssemos de falar da libido freudiana, pois ela estaria reduzida ao significado do significante. É ainda por isso que quando ele situa o desejo no nível da metonímia, ele situa, ao mesmo tempo, a fixação. No fundo, a fixação da libido é equivalente, para ele, ao desejo indestrutível, nada mais que a memória significante.

Lacan (1958) pôde dizer que o sintoma é aquilo através do qual o sujeito grita a verdade do desejo. É a definição do sintoma a partir da verdade do desejo, ou seja, não a partir do gozo. O sintoma não comemora o gozo irreduzível, mas grita a verdade do desejo. Quer dizer que a libido freudiana está inteiramente significantizada. O que resiste, no sintoma, é uma verdade, um significado esperando ser promovido, liberado. O autor então, articula sobre o que estrutura o desejo.

O desejo é aquilo que se manifesta no intervalo cavado pela demanda aquém dela mesma, na medida em que o sujeito, articulando a cadeia significante, traz à luz a falta-a-ser com o apelo de receber seu complemento do Outro, se o Outro, lugar da fala, é também o lugar dessa falta. (pg. 633)

O que é assim dado ao Outro preencher, e que é propriamente o que ele não tem, pois também nele o ser falta, é aquilo a que se chama amor, mas são também o ódio e a ignorância. É também isso, paixões do ser, o que toda demanda evoca para-além da necessidade que nela se articula, e é disso mesmo que o sujeito fica

tão mais propriamente privado, quanto mais a necessidade articulada na demanda é satisfeita.

Lacan (1958) salienta que não se deve confundir a identificação com o significante onipotente da demanda, e a identificação com o objeto da demanda de amor. Esta também é uma regressão e Freud insiste nisso ao fazer dela a segunda modalidade da identificação, que ele distingue em sua segunda tópica ao escrever a *Psicologia das massas e análise do eu*, mas trata-se de uma outra regressão. Nela está o *exit* que permite que saia da sugestão. A identificação com o objeto como regressão, por partir da demanda de amor, abre a sequência da transferência (abre-a, em vez de fechá-la), ou seja, a via em que poderão ser denunciadas as identificações que detendo essa regressão, a escondem.

O conjunto de “*A direção do tratamento*”, que preserva o lugar do desejo, apresenta a ultrapassagem da identificação fálica como o que está essencialmente em jogo no tratamento analítico. Ao mesmo tempo que, no texto, consuma-se a rejeição da definição do desejo como desejo de reconhecimento, o que vem em seu lugar é a definição do desejo de ser o falo. Notemos que nesse texto desloca-se entre uma identificação primária e uma identificação última. Assim, a identificação última ao significante do desejo, é o falo.

Lacan (1958) descreve o falo como “*o significante dos significantes (...) impossível a restituir ao corpo imaginário*”. Isto é, ele o faz vacilar, definitivamente, para o lado do simbólico. Acrescenta ainda que no que se refere ao falo, o desejo não é de ter, mas de ser, e isso é apresentado ao sujeito. Dito de outro modo, o desejo está ligado à falta e não ao ter, diferentemente do gozo.

## **2.5 Jacques Alain-Miller: identificação ou “falasser” e seu corpo**

Miller (2010) ensina que no avesso de Lacan, em que o Outro é destituído, o sujeito é pensado a partir do real, do simbólico e do imaginário, como sendo essas três consistências. O autor faz uma correção de que esse sujeito não é o sujeito do significante, o sujeito da identificação, e sim do ser humano qualificado de “*falasser*”. Falasser é um sujeito que fala e é falado, e isso com relação a um corpo.

No lugar do Outro, Miller (2010) coloca o corpo. Não o corpo do Outro, mas sim o corpo próprio e fala que é preciso criar alguns nomes para encontrar a história

e tentar contar pedaços de real e conclui que se trata de Um-Corpo. O ego se estabelece a partir da relação com Um-Corpo e aqui não há identificação, há pertença, propriedade. Isso não visa o ponto de falta do Outro sujeito. *“Isso tem haver com amor, que não é o amor ao pai e sim o amor próprio, no sentido do amor a Um-Corpo”* (pg. 111). Lacan (1976) escreve que o *“falasser adora seu corpo”* e conclui que *“não se é, se tem um corpo”*. O que Miller (2010) diz é que essa frase vem no lugar dos três modos de identificação.

Dar consistência ao corpo é muito mais do que dar ao corpo uma função mais marcante que aquela que era pensada a partir da designação do simbólico. Miller (2010) acredita que não é uma consistência física porque o corpo se desfaz. A consistência precisa ser mental, pois é preciso estabelecer o laço mais estreito entre esse Um-Corpo e o imaginário, e não mais o simbólico. Lacan (1976) faz do pensamento uma potência do imaginário, porque tudo o que pensamos *“nos limitamos a imaginar”* (pg. 89). O autor conclui que *“só que não pensamos sem palavra, e eis estabelecido um sentido entre o imaginário e simbólico”*. Miller (2010) acredita que Lacan teve a intenção de misturar o imaginário e o simbólico.

É preciso palavras, porém, o que faz função de conteúdo é tomado emprestado do imaginário do corpo, e de tal modo que, das três categorias, real, imaginário e simbólico, o imaginário e o simbólico são reunidos para produzir sentido. (pg. 112)

Lacan (1976) conclui que o inconsciente está entre o real e o imaginário. *“Se o inconsciente for real – e aqui, estamos muito perto do famoso inciso ‘O esp de um laps’ – como saber se o inconsciente é real ou imaginário?(...) Ele participa de um equívoco entre os dois”*. (pg. 98)

## **2.6 Éric Laurent e a leitura da identificação a partir do tempo lógico em Lacan**

Lacan (1945) em “O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada” apresenta que o tratamento do sujeito pelo discurso analítico é questão de tempo; não um tempo cronológico, que engole os instantes na corrida do passado ao futuro, mas um tempo lógico que faz valer o instante como decisivo.

O autor define a modulação do tempo no movimento do sofisma de três prisioneiros em três momentos: o instante do olhar, o tempo para compreender e o

momento de concluir. O instante do olhar é o da constatação, a partir do momento em que o sujeito constata algo vai tentar compreender, interpretar e elaborar. Na tentativa de compreender é que entra o estatuto da pressa, porém o sujeito nunca vai conseguir chegar a uma resposta exata e surge a urgência. Assim, o sujeito se apressa antes de descobrir que sua resposta não tem valor, ou seja, que a sua resposta não tem uma função. Essa é a função da antecipação. A antecipação é que faz surgir o sujeito dividido, que é o momento de concluir. O sujeito dividido continua o seu movimento de buscar respostas para dar um novo significado do significante.

O movimento do tempo tem relação com a satisfação da pulsão. O primeiro significante (S1) visa chegar ao significante (S2) para dar sentido e na medida em que o trajeto se faz em torno do objeto que ele não consegue representar é que se chega a um significante que nunca vai representar o S1, por isso que o sujeito fica dividido na busca de um significante que faça sentido para ele. Esse é o movimento da pulsão, o movimento temporal e é nesse movimento que o sujeito busca a satisfação pulsional que nunca chega a ser a satisfação plena. Nesse movimento temporal da pulsão o sujeito vai organizando e estruturando a satisfação da fantasia. A fantasia vai se repetindo e dando esboço para o modo de satisfação da pulsão. Dessa forma, esse é o movimento temporal que implica numa constatação inicial que lança o sujeito para tentar compreender, e na medida em que o sujeito tenta compreender precisa se apressar para concluir para que aquela conclusão tenha alguma utilidade, alguma forma de satisfação. Na medida em que se conclui há o retorno, porque não satisfaz de forma plena, total.

Laurent (2013) faz uma releitura de Lacan e constrói a lógica do laço social não a partir da identificação ao líder, mas de uma primeira rejeição pulsional. O tempo lógico acarreta em propor para toda formação humana três tempos segundo os quais se articulam sujeito e Outro social:

- 1) Um homem sabe o que não é um homem;
- 2) Os homens se reconhecem entre si como sendo homens;
- 3) Eu afirmo ser homem, por medo de ser convencido pelos homens de não ser homem.

Esses tempos de identificação não partem de um saber sobre o que seria ser homem e depois um processo de identificação; a primeira lógica parte do que não é

um homem. Um homem sabe o que não é um homem. Isto não diz nada sobre o que é um homem. O que sobressai é a negação, sabe-se o que não é um homem. Nesse caso, o que aparece é a segregação, pois parte do pressuposto que o gozo nocivo da sociedade é o gozo do próximo e não o gozo do sujeito. Isto se trata de um gozo que é o avesso do laço social. É por esse motivo que Freud (1930) em seu texto “O mal-estar na civilização” fala sobre o mandamento de Deus de “amar o próximo como amar a si mesmo”, isso é impossível porque o gozo do próximo é sempre nocivo, comparado ao gozo do sujeito. É esse gozo que é inassimilável no laço social.

Na segunda lógica, os homens se reconhecem entre si por serem homens: eles não sabem o que fazem, mas se reconhecem como tal.

Na terceira lógica, o sujeito afirma para si que 'sou um homem'. Aí está a questão da afirmação ou da decisão anexada à pressa, a função da angústia – o medo de ser convencido pelos homens de que não sou um deles<sup>10</sup>.

Essa lógica coletiva está fundada na ameaça de uma rejeição primordial, nas gangues: um homem sabe o que não é um homem. E é uma questão de gozo. Não é um homem aquele que rejeito como tendo um gozo diferente do meu. “Movimento que dá forma lógica de toda assimilação 'humana', precisamente na medida em que ela se coloca como assimiladora de uma barbárie, e que, no entanto reserva a determinação essencial do 'eu' (...)”<sup>11</sup>.

Quando Lacan escreveu esse texto a barbárie nazista estava próxima. Ela começou por denunciar o Judeu como aquele que não goza como o Ariano: um homem não é um homem porque ele não goza como eu. Nas gangues, ou nas medidas socioeducativas, pode-se observar esse fenômeno quando os adolescentes que cometem atos infracionais tentam excluir ou banir o jovem que comete crimes sexuais como o estupro e o abuso sexual. Ou ainda quando eles definem suas regras internas, tais como: não pode roubar dentro da comunidade ou não pode fazer falta de educação com a mãe do colega. São crimes e atitudes não aceitas pelo grupo de jovens que cometem atos infracionais. Pode-se destacar pelo avesso, nessa lógica, que se os homens não sabem qual é a natureza do seu gozo, eles sabem qual crime ou qual atitude não é aceita. A partir daí, os jovens se

---

<sup>10</sup> Lacan, J. (1998[1945]). “O tempo lógico e asserção de certeza antecipada”. In Escritos. RJ Zahar, p. 213.

<sup>11</sup> Idem, ibidem

reconhecem sem saber muito bem como. Dessa forma, em qualquer grupo existe um ponto de segregação.

Em seguida, subjetivamente, um por um, o sujeito se apressa. O sujeito se afirma como homem por medo de ser denunciado como não sendo homem. Essa lógica coletiva é o que Laurent (2013) chama de ausência de definição de ser-um-homem, o Eu que se afirma e o conjunto dos homens produzindo um curto-circuito com o líder. Laurent (2013) acrescenta que “*o crime fundador não é o assassinato do pai, mas a vontade de assassinato daquele que encarna o gozo que eu rejeito*”.

### **CAPÍTULO 3: Identificações e novas possibilidades após o cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade**

A presente investigação se inscreve na linha “Psicologia, Psicanálise e Educação”, mais especificamente no âmbito dos projetos de pesquisas do NIPSE<sup>12</sup>, Programa de Pós-graduação em Educação da UFMG. A proposta é realizar entrevistas com jovens que passaram por medida socioeducativa de semiliberdade e foram desligados por cumprimento de medida. Este desligamento se dá a partir de uma avaliação feita por parte da equipe técnica da unidade de semiliberdade na qual os jovens encontravam-se alocados com o consentimento do Sistema de Justiça.

Para o registro do material das entrevistas dos sujeitos da pesquisa foi feito o uso de gravadores, mediante o consentimento expresso, tanto pela instituição responsável – SUASE – quanto por cada jovem<sup>13</sup> participante. Para manter o sigilo da pesquisa os nomes dos sujeitos são fictícios e os das instituições por onde eles passaram são omitidos. O material que será apresentado adiante é advindo apenas do registro feito a partir das entrevistas com os jovens.

#### ***3.1 A escolha dos sujeitos participantes***

Foram selecionados três jovens que haviam recebido o desligamento da medida de semiliberdade há mais de um ano e que conheciam a pesquisadora. Conhecer a pesquisadora é um elemento importante por acreditar-se que existiria um vínculo prévio que facilitaria a condução da entrevista, uma vez que o jovem precisaria falar, em associação livre, sobre sua vida anterior e posterior ao cumprimento da medida de semiliberdade.

---

<sup>12</sup> NIPSE – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Psicanálise e Educação/FAE/UFMG – Coordenado pela Dra. Ana Lydiá Santiago, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação: conhecimento e inclusão social da FAE/UFMG, linha de Pesquisa PSICOLOGIA, PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO. O NIPSE é vinculado ao LAPED -Laboratório de Psicologia e Educação Helena Antipoff, ao CIEN - Centro Interdisciplinar sobre a Infância, da Fundação do Campo Freudiano e ao IPSM-MG - Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais. Em parceria com este último, desenvolve semestralmente Ciclos de Conferências sobre Psicanálise e Educação, cujo intuito é divulgar os resultados das Conversações sobre os sintomas do ato de educar na vida contemporânea.

<sup>13</sup> Os jovens, atualmente são todos maiores de idade, assinaram o Termo de Consentimento aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa - COEP.

A associação livre é um método utilizado por excelência pela psicanálise<sup>14</sup>. Freud o inventou a fim de substituir a hipnose. Na associação livre o sujeito é livre para falar o que lhe vier à cabeça, a fim de que, do material fornecido, pudesse achar o caminho que levava ao antes esquecido ou desviado. Esse convite é facilitado se houver a confiança, ou seja um vínculo entre pesquisadora e jovem.

O vínculo entre pesquisadora e jovem foi estabelecido, em anos anteriores do momento da entrevista, quando a entrevistadora trabalhou na unidade de semiliberdade em que os jovens cumpriam a medida socioeducativa. A partir do momento em que eles finalizaram a medida, a pesquisadora não obteve contato até o momento em que eles foram convidados a participarem da pesquisa. Acredita-se que esse vínculo seria favorável para os jovens aceitarem participar da entrevista e darem seus depoimentos, sem receio de falar sobre a trajetória infracional e das vivências após o cumprimento da medida socioeducativa.

A princípio, a SUASE passou os dados atualizados dos três jovens, tais como endereço e telefone de contato. A entrevistadora entrou em contato telefônico com os jovens para fazer o convite da participação da pesquisa. Todos os jovens aceitaram de prontidão e com cada um foi agendada uma data e horários distintos, além de se combinar um local próximo à residência deles para executar a entrevista.

### **3.2 Aspectos Metodológicos das entrevistas**

Esta pesquisa tem aspectos da metodologia das entrevistas semiestruturadas e baseadas nos princípios de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida com base em referenciais metodológicos que fundamentam uma pesquisa de caráter qualitativo. Conforme Minayo (1996, p.22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

---

<sup>14</sup> FREUD, (1923[1922]): "Dois verbetes de enciclopédia", v. XVIII, p.253-274.

Justamente por se tratar de uma pesquisa que tem por objetivo a análise de aspectos subjetivos, a mesma será de natureza qualitativa. Segundo Mazzotti e Gewandsznajder (1999), tais pesquisas, *“por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a uma ampla gama de casos”*, adotando uma diversidade de procedimentos e instrumentos na coleta e na análise dos dados a serem investigados.

A condução das entrevistas teve como orientação a metodologia das Entrevistas Clínicas de Orientação Psicanalítica<sup>15</sup>. Trata-se, em essência, de fazer o uso da palavra para compreender o sujeito e restituir-lhe o status de sujeito. Para determinar o lugar dos protagonistas envolvidos na Entrevista Clínica de Orientação Psicanalítica, destaca-se a relação entre o entrevistador e o entrevistado. O entrevistador deve despojar-se do próprio saber, pois, o que concerne à estrutura da entrevista é o sujeito, no caso dessa pesquisa, o jovem, que ensina o que ele sabe a partir das suas vivências. Assim, o jovem encontra-se em seu estatuto de sujeito.

A entrevista foi organizada considerando-se três momentos distintos da vida dos três jovens. O primeiro momento é quando ele estava envolvido com a criminalidade; o segundo é quando ele cumpria a medida socioeducativa de semiliberdade e o terceiro é como está a vida desse jovem atualmente. A partir destes três momentos será feita a análise da identificação e do laço social envolvidos nos três casos. As principais perguntas feitas aos jovens foram:

**1) Primeiro momento:** principais aspectos da vida do jovem **antes** de cumprir a medida socioeducativa de semiliberdade

- Como era o seu dia a dia antes de cumprir a medida socioeducativa?
- Como você era conhecido por sua família, amigos e comunidade?
- Como você chegou à medida socioeducativa?

---

<sup>15</sup> Nos últimos três anos, o Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais reformula alguns dos modos de funcionamento de sua seção clínica. Inspirados no dispositivo de apresentação de pacientes proposto por Lacan, tal reformulação se deu devido ao fato das entrevistas não serem realizadas em instituições de tratamento de “portadores de sofrimento mental”, e desde então, conforme sugestão de Eric Laurent, o IPSM-MG passou a designá-las - entrevistas clínicas de orientação psicanalítica. Fonte: SANTIAGO, Ana Lydia B. Efeitos da apresentação de pacientes frente às exigências do mestre contemporâneo. In: **Curinga**: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise, 29, 135-148, jul-dez. 2009. Belo Horizonte.

**2) Segundo momento:** principais aspectos da vida do jovem **durante** o cumprimento da medida socioeducativa:

- Como você era conhecido pelos os agentes de segurança socioeducativo, adolescentes e equipe técnica?
- Quais aspectos que você avalia como positivos e negativos da semiliberdade para a sua vida?

**3) Terceiro momento:** principais aspectos da vida do jovem **após** o desligamento da semiliberdade:

- Como é o seu dia a dia hoje?
- Como você é conhecido por sua família, amigos e comunidade?

Após a transcrição das entrevistas, foram feitas inúmeras leituras na tentativa de visualizar todo o material e organizá-lo da melhor maneira possível, na percepção dos jovens da pesquisa acerca da temática proposta a partir das perguntas feitas. Ao final, os dados foram organizados em quadros, de forma a visualizar melhor as respostas dos jovens à mesma pergunta sugerida. Buscou-se reduzir as respostas ao essencial da questão para facilitar a análise das identificações e do laço social, que é o objeto dessa dissertação.

### **3.3 As identificações nos tempos da medida**

Para melhor organização, as entrevistas dos jovens foram elencadas nessa dissertação a partir da idade. Assim, os relatos serão apresentados do jovem mais novo para o mais velho. Como foi descrito anteriormente, para manter os nomes em sigilo, foi feita a escolha de nomes fictícios. Dessa forma, os nomes serão apresentados como: *Zangado*, jovem com 18 anos de idade que se apresentava como um “menino nervoso”; *Dunga*, jovem com 19 anos que se apresenta como um “menino bom” e *Dengoso*, jovem de 20 anos que se apresentava como um “menino Cabuloso” e passou a ser apresentado de “Ném” (apelido que ele relata que vem do amor). Esses nomes fictícios foram escolhidos a partir da fábula infantil da “Branca de Neve e os Sete anões”.

### 3.3.1 Zangado

Zangado, atualmente com 18 anos, quando cumpria a medida socioeducativa de semiliberdade se destacou por ser um adolescente que tinha muita dificuldade de conversar, esclarecer suas ideias e pensamentos. Quando o que ele expressava por fala ou gestos não era bem compreendido pelos técnicos ou agentes socioeducativos, ficava extremamente nervoso e quebrava os vidros das janelas da unidade, chutava as lixeiras esparramando o lixo e gritava muitos palavrões. Semanalmente, a polícia militar era acionada para registrar o boletim de ocorrência de danos ao patrimônio público.

Quando a entrevistadora entrou em contato com o jovem para participar da entrevista, ele aceitou de imediato. Ao ser questionado qual seria o melhor local para o encontro ele sugeriu a escola em que está matriculado. Porém, a escola estava em recesso e não foi possível articular com a direção a permissão para fazer a entrevista na escola e *Zangado* sugeriu uma praça próxima a sua residência. A entrevistadora ficou surpresa com as escolhas dos lugares porque demonstrou, a princípio, que o jovem estava inserido na escola, além de circular por seu bairro conhecendo as praças.

A entrevistadora chegou primeiro, era final de tarde, na praça haviam muitas pessoas fazendo atividades físicas e logo que o jovem chegou, ele mesmo avaliou que o local não estava apropriado para falar das suas vivências. Sendo assim, o jovem sugeriu que a entrevistadora o seguisse. *Zangado* estava de moto, a entrevistadora de carro e havia começado a anoitecer. Nesse momento, *Zangado* começou a subir ruas, passar por becos desconhecidos pela entrevistadora, onde era visível o movimento de pessoas vigiando ou vendendo drogas, mas parecia que o jovem dominava muito bem o seu território e conhecia aquelas pessoas. Assim, foi possível perceber que a relação de confiança era necessária não apenas do entrevistado com a entrevistadora e sim, também, da entrevistadora com o entrevistado. A confiança estava posta por haver um vínculo prévio, o que comprovou a escolha por sujeitos que conheciam a entrevistadora. Esse aspecto da metodologia foi de suma importância para o processo da realização da entrevista.

**Primeiro Momento: Antes de cumprir a medida socioeducativa**

Antes de cumprir a medida socioeducativa de semiliberdade, Zangado morava com a avó e ficava na rua durante muito tempo, *“saía de noite e só voltava no outro dia, tinha dias que eu ficava pela rua afora o dia inteiro”*. Avalia que as suas amizades *“não eram amizades para ficar em casa, as amizades eram de rua”* e que, por esse motivo, sua avó ficava preocupada e não gostava dos seus colegas, ela supunha que *“os meninos me chamavam para fazer coisa errada e me xingava”*. *“Minha avó falava que eu só xingava, ficava na rua, usava drogas e fazia coisa errada”*. Zangado se descreve como uma pessoa que *“tinha atitude”*, ou seja, *“fazia as coisas por conta própria, tem pessoas que são diferente e vão no 'embalo' de outras. Eu fazia por conta própria.”* No seu dia a dia *“namorava e aprontava de mais! Fumava maconha e ficava na rua armado. Eu gostava de ficar armado”*.

Sobre a sua vida escolar, Zangado conta que tinha 13 anos quando começou a se envolver com a criminalidade, estava na 6ª série do ensino fundamental, *“mas depois de um tempo parei de estudar. Eu quis parar do nada e parei”* e ficou três anos fora da escola, voltou a estudar quando estava cumprindo a medida socioeducativa de semiliberdade.

Zangado chegou à medida de semiliberdade *“pelo ato infracional! Todo mundo que estava lá tinha um ato. Quem é envolvido com o crime tem que ter um ato infracional! Toda ação tem uma reação. Eu fui preso com arma. O meu artigo era 14, porte ilegal de arma”*. Zangado recebeu a medida de semiliberdade após ser apreendido três vezes. A sua primeira apreensão foi quando estava prestes a completar 15 anos por portar droga *“quanto mais eu fumava maconha, mais eu era preso”*.

Na segunda apreensão Zangado estava com outro adolescente e portando uma quantidade maior de droga *“eu estava com pedra e*

*maconha. Eu vendia. Era tráfico*”. O jovem, nessa apreensão, relata algo inesperado, *“eu estava com a droga e os policiais colocaram, ‘forjaram’, bala de revolver. Ai eu assinei um tráfico, associação ao tráfico e porte de arma, ainda! Eu assinei três atos em uma apreensão só*”. Nesta segunda apreensão, Zangado recebeu, do Poder Judiciário, a aplicação da medida socioeducativa de Liberdade Assistida. Ele relata que ia aos atendimentos, porém não cumpria aos eixos da medida<sup>16</sup>.

A terceira apreensão foi através do Mandado de Busca e Apreensão expedido pelo Poder Judiciário. *“Na terceira vez foi porte de arma. Eu estava em casa dormindo quando a polícia chegou. Tinha uma arma na cintura e outra debaixo do travesseiro. Na época eu gostava de arma, eu dormia com elas*”.

### **Segundo momento: Durante o cumprimento da medida**

Zangado relata que no momento em que chegou à unidade de semiliberdade, os agentes socioeducativos e equipe técnica o achavam *“chato e nervoso. Eu ‘zuava’ muito lá e fumava maconha*.” Os outros adolescentes da unidade o reconheciam como um igual *“eu era que nem eles, algumas coisas diferente. Porque eu tinha atitude. Fazia as coisas por conta própria, não ia nas ideias dos outros*”. Ao ser questionado sobre os motivos que o faziam ser tão agitado e nervoso, Zangado respondeu que se ele *“não xingasse, só ia ser um motivo a menos de ser visto, por exemplo, o jovem que fuma lá fora nem é tanto visto como o jovem que fuma lá dentro. As pessoas mais vistas na ‘semi’ são os meninos que aprontam*”. Zangado é questionado se esse fenômeno de ser mais visto ou menos visto também acontece na sociedade e ele responde que *“numa sociedade quem a polícia vê*

<sup>16</sup> Como foi exposto no primeiro capítulo dessa dissertação. Os eixos da medida estão previstos no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE que são: escola, profissionalização, saúde e família.

*mais? O que apronta ou o que apronta na 'calada'? Isso é claro! É lógico!"*

Zangado conta que enquanto cumpria a medida de semiliberdade fazia curso profissionalizante no SENAC de panificação e textura em paredes, da qual ainda guarda as apostilas em casa. Valoriza o trabalho das equipes quando as mesmas o auxiliavam a localizar uma vaga de emprego e o ensinavam sobre como se comportar em uma entrevista. Também atribui valor ao vale-transporte que era fornecido pela unidade para o deslocamento das atividades externas. Por outro lado avalia que naquele momento em que cumpria medida não gostava das regras impostas pela unidade *"é horário para dormir, para comer, para sair e entrar da unidade, esse trem é ruim de mais! Ninguém aguenta! Mas por outro lado é bom, porque você não está na sua casa, né? Lá você aprende que tem horário e que tem um tempo. Horário para trabalhar, para comer, para sair, tem horário para tudo. Você não tem liberdade."* E logo depois reconhece que *"tudo isso é importante! Os horários, os técnicos, os agentes e a polícia. Imagina se não tivesse cadeia, polícia, o que ia ser? Ia ser tudo um descontrole! Mas eu não pensava assim não. Eu pensava que isso tudo era ruim"*.

Ao final do cumprimento da medida de semiliberdade, Zangado, com o auxílio da pedagoga da unidade, foi matriculado numa escola. Ele conta que ao ser desligado, a unidade continuou fornecendo o vale-transporte para ele finalizar o ano letivo, uma vez que a sua residência ficava distante da escola e ele havia avaliado ser importante continuar nessa escola. *"Eu formei nessa escola no ensino fundamental, mesmo desligado da semi continuei indo para a escola. Agora estudo aqui perto de casa e esse ano formo no ensino médio"*.

Zangado descreve a relação do adolescente envolvido com a criminalidade com os professores da escola, psicólogo e pedagoga da unidade de semiliberdade *"que nem o jovem infrator. Você vai conversar com um jovem infrator sem saber de nada que ele faz? Sem ter nenhuma base? Aí não tem como, você vai ficar perdido! Tem que*

*ter uma base, saber da reação dos adolescentes, as atitudes, o pensamento.” Ele cita uma fala do seu atual professor de filosofia “tem pessoas que descobrem através da conversa e tem pessoas que é através do olhar. Só de olhar para as pessoas você já sabe algumas coisas”. Nesse momento, Zangado olha para a entrevistadora e afirma: “você sabe disso! Lógico que sabe! Você trabalhou com os jovens infrator e sabe disso!”.*

### **Terceiro momento: Após o desligamento da semiliberdade**

*Atualmente, Zangado se descreve como “tranquilo, a minha vida é serviço, escola e casa. Sexta, sábado e domingo tenho encontro de jovens. Lá tem bateria, violão, guitarra. Eles estão montando um orquestra e eu estou aprendendo a ler partitura.” Ao ser questionado se foi o curso profissionalizante do SENAC ou a semiliberdade que o auxiliou nessa mudança, ele responde que “Não! Foi o meu esforço, boa vontade e ter atitude, o que poucos têm. Tem que ter atitude para emprego, para uma entrevista, para qualquer coisa que você for fazer”. Zangado trabalha em uma empresa, tem a carteira assinada e faz atividades de pintor e acabamento predial. Quando foi desligado da semiliberdade trabalhou como padeiro em uma padaria, porém avalia como negativo ter que trabalhar aos sábados, domingos, feriados e por esse motivo resolveu escolher outra profissão.*

*Zangado fala que a sua avó e todos da comunidade o vêem como um trabalhador. “Outro dia minha avó estava falando de mim para uma outra pessoa e ela falou: meu neto me ajuda, não dá trabalho, não me xinga, é um trabalhador. Ela só fala coisas boas”. Sobre as amizades, ele relata que os jovens envolvidos com a criminalidade continuam morando no mesmo bairro “eu passo, cumprimento e vou embora, mas não fico junto, não dá, de jeito nenhum! Não combina mais, porque eu não combino com coisa errada, isso só me prejudica. As minhas amizades de hoje é de levar*

*em casa, minha avó gosta deles também”.*

### 3.3.2 Dunga

Dunga, jovem com 19 anos, ao ser convidado a participar da entrevista aceitou imediatamente. Ele sugeriu que entrevista acontecesse em sua casa. A pesquisadora concordou e mais uma vez ficou comprovado, conforme descrito na metodologia, que era preciso ter o vínculo prévio estabelecido, pois ambos precisavam ter confiança um no outro para esse encontro.

Dunga reside com sua mãe, pai e outras duas irmãs mais velhas. Recebeu a medida socioeducativa de semiliberdade aos 15 anos de idade e obteve seu desligamento após dois anos. Quando o jovem chegou à medida socioeducativa, relatou que sua mãe mantinha relação amorosa com um homem há treze anos e o chamava de padrasto e seu pai tinha relação com outras mulheres. Acrescenta que havia um consenso entre o casal de ambos manterem o casamento e ter relações extraconjugais, pois no momento em que a mãe resolveu se separar teve a notícia que estava grávida de Dunga e ele precisava de ter uma família ao seu lado, assim o casal definiu que o melhor era não se separar.

Dunga cometeu o ato infracional que ensejou a medida socioeducativa de semiliberdade, no dia anterior ao seu aniversário de 15 anos. O jovem assaltou uma farmácia. Num primeiro momento, Dunga acreditou que o roubo havia sido bem sucedido, mas o circuito interno de câmeras da farmácia o filmou e a polícia conseguiu identificá-lo.

Um elemento que chama atenção no caso de Dunga é que durante o cumprimento da semiliberdade, a todo o momento, ele tentava se diferenciar dos outros adolescentes da unidade dizendo que ele era *“um menino bom”*.

**Primeiro Momento: Antes de cumprir a medida socioeducativa**

A rotina Dunga era acordar cedo, *“tomava café, saía para trabalhar de manhã e estudava a tarde. Depois arrumava uma desculpa encontrar com os colegas. Comecei a envolver com o crime, conhecer novas amizades e passei a me envolver cada vez mais”*. O jovem afirma que quando estava envolvido com a criminalidade começou a perceber que cada dia chegava mais tarde em casa *“quando foi ver eu já estava virando a noite e tinha dias que eu nem trocava o uniforme da escola, já ia direto para a rua”*.

Diferentemente dos outros jovens envolvidos com a criminalidade *“eu nunca deixei de trabalhar e estudar. Mexia com oficina e sapataria. Eu sempre ia no colégio, porque é uma coisa que eu gosto”*. Embora Dunga se reconhece como um jovem diferente dos outros jovens envolvidos com a criminalidade por frequentar a escola e trabalhar, ele conta que *“apesar disso a minha mente só maquinava o mal. Eu vou roubar, eu vou traficar, eu quero ter a minha boca, eu quero ter meu tênis aqui, quero ter o meu carro roubado, com dinheiro roubado”*. O único momento que Dunga parou de estudar foi no instante em que foi apreendido e ficou quatro meses em um Centro de Internação, por esse motivo não conseguiu obter 75% da frequência. *“No ano seguinte, tomei bomba de novo, chega num momento, num período da vida eu estava com um pé no mundo: eu quero fazer, eu quero aprontar e o outro pé no: eu quero ficar quieto, não quero aprontar. Sempre fiquei na dúvida. Mesmo no período da semi eu ficava assim na dúvida”*.

De acordo com Dunga, ele começou a se envolver com a criminalidade para frequentar os mesmos lugares que os jovens envolvidos com a criminalidade estavam, tais como: festas, shows, sítios, boates. A partir do momento que Dunga começou a participar desses lugares observou que ele tinha que *“comprar roupa, ter dinheiro para sair, beber, comprar maconha. Ai comecei a pegar uma quantidade maior de droga, tanto para usar, quanto para vender e conseguir o dinheiro para sair”*.

*Dunga* relata que tinha problemas para circular em alguns locais

devido às ameaças de morte por ser considerado membro de uma determinada gangue do bairro. *“Eu tinha guerra indiretamente, porque pessoas que eu andava tinha guerra. Era um clima meio pesado. Tinha lugares que eu não podia ir”*. Dunga ficava receoso e evitava de passar por locais em que ele pudesse ser reconhecido, até mesmo frequentar a casa de um parente que era localizado em um território rival. Apesar de dizer que eram os colegas que tinham rivalidades e não ele, Dunga ficou impactado num dia que é reconhecido como membro da gangue. *“Teve uma vez, que a gente estava saindo de uma casa de show e eles chegaram e fizeram disparos para o lado das pessoas que estavam comigo. Ai me marcou muuito esse dia! Porque eles me reconheceram!”*. Após esse dia, Dunga relata que começou a receber ameaças de morte através das redes sociais e telefonemas. *“Ai foi pesado! Depois disso, eu até deixei de estudar num colégio por causa deles. Foi a única vez que passou pela minha mente que eu não ia estudar. Nesse colégio não dava para mim, porque eles iam atrás de mim lá. Eu consegui sair antes, meus colegas me buscavam”*. A partir desse momento, Dunga reconheceu que realmente era um membro de uma gangue do seu bairro e *“nessa época eu fiquei meio preso, meio trancado aqui no bairro”*.

Dunga tinha um apelido dado por seus amigos, *“meu apelido era Pelado, porque certo dia a gente saiu para a balada e um menino que é até mais escurinho que eu, sabe. Ai estava de noite e eu estava de blusa preta e ele falou: “você vai sair pelado? Vai colocar uma blusa! ”O apelido vem daí”*. As amizades de Dunga eram *“pessoas para sair para balada, usar droga, esbanjar. Tinha que meter uma ‘fita’, um roubo, assalto. Eram pessoas que não trabalhavam, então o trabalho deles era o crime, a profissão era o perigo, o roubo, o tráfico.”* Dunga não deixava de estudar porque *“queria fazer direito, para eu tirar os irmãozinhos da cadeia (risos), mas eu queria fazer direito e poder ostentar tudo e ficar tranquilo.”* Dunga acredita que seus companheiros o viam como mais um jovem que estava lá para cometer crimes *“eles me viam como mais um para fazer e praticar o*

*mal". Conta que os jovens falavam uns com os outros "chama o Pelado que ele vai. Chama o Pelado que ele está junto, com a gente. Chama o Pelado que ele é mais um na equipe. Eu era o mais um na equipe para roubar".*

Dunga relata que sua mãe e vizinhos não desconfiavam do seu envolvimento com a criminalidade. *"Mãe a gente nunca engana, mas aconteceu. Eu sempre batia de pé junto que eu não mexia com nada, porque era uma coisa que ficava tão discreta e tão fechada!". Acrescenta ainda que sua mãe e vizinhança diziam para ele: "você é um menino tão bom! Gosta de todo mundo!". Porém após a sua primeira apreensão ficou escancarado seu envolvimento com a criminalidade e mesmo assim Dunga conta que continuou sendo reconhecido como um "menino bom". "No dia que eu fui preso, o dia do assalto, a polícia veio aqui em casa, revistaram tudo. Era polícia para todos os lados! Esse dia que caiu a ficha do bairro que eu era envolvido, foi só nesse dia! E todo mundo, chegava para a minha mãe e falava: "Ele está mexendo com isso mesmo? Fica tranquila, porque ele é um menino bom." E minha mãe tinha essa convicção que eu era um menino bom!".*

Dunga foi questionado pela entrevistadora qual era o seu envolvimento com a criminalidade, uma vez que ele havia recebido e medida de semiliberdade devido a um assalto, mas durante a entrevista relatava o envolvimento com o tráfico de drogas. O jovem responde com alguns questionamentos *"você não concorda que a gente não consegue sustentar duas personalidades? Não consegue sustentar a máscara por muito tempo? Então a minha máscara caiu."* Dunga conta que *"teve uma situação que uma pessoa ficou me devendo uma quantidade alta e eu sofri uma pressão que eu tinha que pressionar aquela pessoa para ela me pagar. Chegou num ponto do dono da 'boca' falar assim: "ou você me paga ou você mata ele!" E eu fiquei assim, pensando... gente! Eu nunca matei ninguém. Agora está tudo acabado... agora é tudo ou nada, ou vai ou racha. Fiquei pensando até que ponto que eu fui! Daí ocorreu o delito que eu fui*

*para a semi. Cometi esse assalto para também levantar um dinheiro para isso, porque também era um dia antes do meu aniversário. Era melhor eu ficar preso para não precisar matar esse menino”. O jovem conclui que “igual minha mãe fala... que eu não nasci para ser bandido, porque eu tenho um coração muito bom. Ah! Eu não consigo ter raiva de ninguém”.*

Dunga relata ter sido apreendido pela polícia militar cinco vezes. As três primeiras foram por tráfico de drogas, outra por assalto à farmácia e a última foi quando ele estava cumprindo a medida de semiliberdade, por uso de drogas. *“Eu era 157, assalto a mão armada!”. O jovem relata ter feito a escolha pelo assalto porque “era um menino bom. O 157 é uma sensação de poder! É uma sensação de todo mundo estar ao seu controle! Não tem como explicar. Sei lá... é uma coisa muito assim... Não tem como explicar. Essa sensação de você estar com uma arma na mão, você está assaltando e todo mundo rendido, todo mundo aos seus pés. Era uma coisa assim... meio... não tem nenhuma palavra... eu não consigo achar uma palavra... para explicar isso. Mas isso foi a forma que eu achei mais fácil, mais tranquila. A diferença de quem assalta para quem vende droga é porque o assalto tira de uma pessoa que tem. Não que ela não tenha mérito, que ela não seja merecedora de ter, porque ela lutou para construir a empresa dela. Mas droga você destrói a família”.*

### **Segundo Momento: Durante o cumprimento da medida**

Durante o cumprimento da medida de semiliberdade, Dunga acredita que os agentes socioeducativos e equipe técnica achavam que ele não precisava estar cumprindo uma medida socioeducativa. *“Eles pensavam que eu era um menino que não precisava de estar ali”.* Os outros adolescentes da unidade que cumpriam medida socioeducativa *“desacreditavam de mim porque eu nunca demonstrei o que eu fazia. Nunca procurei ter respeito por status de crime, fama, ser um criminoso ou bandido”.* Porém, na medida em que os

adolescentes tinham acesso às pessoas que residiam no bairro de Dunga ou que conheciam suas amizades *“daí eles ficavam até meio receosas. Vinham e falavam... tipo um clima de bandido que reconheciam que eu era bandido”*.

Com relação à medida socioeducativa de semiliberdade, Dunga avalia que *“a palavra mesmo semi, meio, metade, semiliberdade e as pessoas convive com as coisas do mundo, com a realidade aqui fora, mas ao mesmo tempo eles estão presos na realidade do 'sistema”*. O jovem relata que ficava muito nervoso e chateado com as regras e principalmente não poder fazer suas atividades no horário que gostaria, porque *“todo ser humano. Gosta do que é proibido, gosta do que não pode”*.

Dunga fala que os atendimentos do técnico de psicologia, da medida, favoreceram a conclusão de algo importante em sua vida. Ele exemplifica alguns questionamentos do técnico *“o psicólogo falava 'mas você ainda não descobriu o que você precisa para poder sair daqui e ficar tranquilo e não voltar!' Eu ficava nervoso com ele! Não! Eu sei sim o que eu preciso! Gastava todo o meu latim e não saía nada! E perguntava para o técnico, mas se você sabe por que você não me fala??”* A entrevistadora pergunta se ele conseguiu chegar a alguma conclusão e Dunga responde *“o que eu precisava saber, o que eu precisava ter era temor. O temor de eu ir ali e saber que as coisas tem consequências. E me amar primeiramente. Eu acho que com cada um, descobre o que precisa para sair, o que precisa acontecer com ele para realmente sair de lá e não cometer um crime. Para cada um é algo diferente. Eu acredito nisso. Cada um precisa descobrir o que levou, o que trouxe ele cometer aquilo para ele não praticar mais e para ele trabalhar encima daquilo o que é diferente para cada um. Mas eu precisei descobrir isso e me deixou muito nervoso! (risos)”*.

**Terceiro Momento: Após o desligamento da semiliberdade**

Atualmente, Dunga trabalha informalmente como consultor de vendas de cosméticos, está no segundo ano do Ensino Médio e “sou pioneiro na questão celular em colégio”. “Hoje as pessoas me vêm como uma referência. Como aquele que conseguiu, uma pessoa íntegra, séria e correta. Ontem eu estava conversando com uma mulher da minha igreja e ela falou assim comigo: 'hoje as pessoas te vem e busca em você ajuda'”. Dunga continua tendo contato com os jovens envolvidos com a criminalidade, mas não faz parte do grupo, hoje tem novas amizades. “Se algum dia eu pensar em brincar com os meninos envolvidos e falar assim: 'ou tem como você me emprestar uma arma?' É capaz deles me baterem e falar: 'toma vergonha na sua cara menino!’”

Dunga consegue vislumbrar o seu futuro “eu quero fazer psicologia. Eu queria fazer direito, mas agora quero fazer psicologia. Porque com a psicologia eu consegui ver que dá chances de realizar muito mais que o direito, com a psicologia você pode ajudar. Colocar a mão na massa, sabe? Vou poder estar diretamente ali, presente, vou poder ajudar a pessoa a se desenvolver, a crescer. E mais para frente eu pretendo montar a minha empresa e daqui uns dias e ter uma família bacana, muito filhos. Mas todo mundo está falando que eu vou ser pastor”.

Ao final da entrevista, Dunga pede para falar algo que não foi perguntado a ele: “eu queria te agradecer. Obrigado pelo trabalho que você fez, igual eu falei que há pessoas que tem coração duro, mas graças a Deus que Ele colocou em minha vida pessoas como você disposta ajudar, disposta acrescentar realmente. Você não fez o curso por simplesmente por fazer!”.

### 3.3.3 Dengoso

A entrevista de Dengoso foi realizada em uma praça próxima à sua residência, conforme ele havia sugerido. O jovem, atualmente com 20 anos, cumpriu a medida socioeducativa de semiliberdade quando tinha 16 anos e foi desligado aos 18 anos de idade. Reside com sua mãe e com duas irmãs, solteiras, sendo uma mais velha e a outra mais nova.

Durante o cumprimento da medida, Dengoso se destacou por ter várias ameaças de morte. Antes de cumprir a medida de semiliberdade, ele residia no bairro Pindorama e foi incluído, durante um ano, no Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte<sup>17</sup> – PPCAM – indo morar no bairro Morro das Pedras. Em dois anos de cumprimento de medida, precisou mudar de residência três vezes porque em todos os lugares em que ele passava fazia novas desavenças. Inicialmente, morou em duas regiões do bairro Morro das Pedras e logo em seguida mudou-se para casa da irmã mais velha, casada, no município de Pedro Leopoldo.

Dengoso conta que quando nasceu, tinha um irmão gêmeo, porém ele faleceu no parto e “*eu sobrevivi*”. A vida de Dengoso era povoada por histórias em que ele se arriscava, trocando tiros com outros jovens ou gangues rivais. Durante o cumprimento da medida, por diversas vezes, Dengoso foi restrito de fazer visitas familiares, porque corria risco de morrer.

<b>Primeiro Momento: Antes de cumprir a medida socioeducativa</b>
Dengoso iniciou a entrevista dizendo que “ <i>antes de tudo eu era um perdido. Vivía solto por ai. Já morei no Pindorama, no Morro das Pedras, em Pedro Leopoldo. Não tinha lugar fixo para mim não. Qualquer lugar era isso. Era a maior bagunça!</i> ”. O jovem tinha insônia

<sup>17</sup> O PPCAAM, em vigor desde outubro de 2007, tem o objetivo de oferecer proteção especial às crianças, adolescentes e jovens de até 21 anos expostos a grave ameaça, assim como a seus familiares. Para isso, o programa prevê ações que podem ser aplicadas isoladas ou conjuntamente: I – transferência de residência ou acomodação em ambiente compatível com a proteção; II – inserção dos protegidos em programas sociais visando à proteção integral; III – apoio e assistência social, jurídica, psicológica, pedagógica e financeira; e IV – apoio ao protegido, quando necessário, para o cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam seu comparecimento.”

*“tinha dia que eu nem dormia. Eu ficava preocupado com as guerras que tinha. Eu andava armado. Mas sei lá porque as pessoas queriam me matar. Talvez medo. Medo de eu matar eles e eles me matarem”.*

Dengoso parou de estudar com 12 anos de idade *“eu já não tinha mais interesse. Não fazia mais sentido para mim, porque aí eu conheci o mundo do crime, um mundo novo. Comecei a ter problemas e minha mãe começou a chorar”.* O jovem começou a ter problemas em circular na sua comunidade, foi apreendido pela primeira vez e percebeu que sua *“mãe não tinha sossego para nada não. Minha mãe só fazia o papel dela de mãe mesmo. E sofria, sofria de mais. E sofria até um tempo atrás”.* Ele conta que em sua casa, sua mãe e irmãs falavam para as outras pessoas da comunidade que ele *“era um drogado, um 'noiado', ladrão, vendia drogas, os outros já tentou matar ele, ele tenta matar os outros”.*

Nessa época, Dengoso era conhecido por dois apelidos, Neguinho e Cabuloso. *“As vezes eu assaltava sozinho, mas muitas das vezes os meninos gostavam de ir comigo, porque era eu quem fazia tudo. Eles só pegavam o dinheiro. Era por isso que eles gostava de mim! E eu acho que era por isso esse meu apelido aí de Cabuloso. Eu ameaça as pessoas, xingava as pessoas, fazia tudo, endoidava. Os meninos só ficavam vigiando, quietinhos no lugar deles. Só faziam alguma coisa quando eu mandava eles recolherem as coisas”.*

Quando Dengoso tinha 16 anos recebeu a medida de semiliberdade. *“Foi por 157. Ai eu continuei de novo e cai de novo, outro 157. Mas ai eu não parei também não. Ganhei a medida da semi. Fugi e fiquei sete meses foragido e me entreguei, porque conheci uma menina que ficava falando para eu me entregar. Depois o namoro acabou”.*

**Segundo Momento: Durante o cumprimento da medida socioeducativa**

Durante o cumprimento da medida “*eu acho que eu era um dos que mais davam trabalho lá*”. Os outros adolescentes da unidade “*me chamavam de Morro das Pedras. É porque é de onde eu vim*”. Nesse momento da entrevista, Dengoso começa a fazer uma reflexão sobre como é a semiliberdade “*a semiliberdade é uma chance que o Juiz dá para você correr atrás das coisas. É para você abrir os olhos para sair dessa vida. Hoje que eu penso isso, mas lá no momento, eu não pensava assim não. Lá você pode conversar com as pessoas, pessoas que você não conhece e que pode confiar. Se você não se abrir, aquilo vai ficando dentro de você e te detonando. Ai você não vai para frente e não consegue fazer nada. Você só quer sair e fugir.*”.

**Terceiro Momento: Após o desligamento da semiliberdade**

Dengoso, ao ser desligado, havia acabado de completar 18 anos de idade e foi morar em Pedro Leopoldo com a irmã mais velha. “*Eu fui e envolvi lá. Hoje em dia eu nem posso voltar lá não, por causa das guerras que eu arrumei. Comecei a gerencia a boca, aí eles mataram um menino que eu gostava muito e aí virou aquele inferno!*”.

A partir desse momento Dengoso voltou a morar com a sua mãe e seu cunhado conseguiu a indicação de um emprego numa fábrica de gelo e a sua função é “*entregador de gelo. Eu gosto de ficar na entrega, porque fico na rua, para mim é melhor, distrai a cabeça. Quando fico no trabalho dentro da empresa o patrão fica 'blá blá blá' na nossa cabeça. Ai é ruim de mais! E também porque na rua passa bem mais rápido. Rala mais, rala até mais, mas eu acho melhor assim. Faço muita hora extra, porque quero comprar a minha moto a vista. Nada de parcelado. O meu sonho é comprar a minha moto honestamente*”.

*“Hoje em dia eu não tenho guerra”. Conta que a maior parte da sua família reside no Morro das Pedras e atualmente ele pode circular nessa região. Em seu novo bairro, ele precisou ganhar a confiança dos moradores. “Quando eu mudei para cá eu ficava mais na minha. Até que eu fui ganhando a minha liberdade de novo. Você pode sair na rua e ficar sem os outros ficar olhando torto para você e assim, veio amizades novas.”.*

*“Hoje minha mãe fala que sou um homem. Não sei nem explicar. Eu sei que ela está satisfeita comigo”. Ao ser questionado de como hoje as pessoas o chamam, Dengoso finaliza a entrevista dizendo que “a minha família me chama de Nem. Ah! Nem vem de amor, né. Vem de amor mesmo, de família, de carinho. O carinho que a família tem comigo”.*

## **CAPÍTULO 4: O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO E LAÇO SOCIAL DOS JOVENS QUE CONCLUÍRAM A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE**

O capítulo quatro será a análise das entrevistas baseada nos conceitos da identificação e do laço social que foram objeto de estudo teórico no capítulo 2 dessa dissertação. Para facilitar a análise, o capítulo será dividido em três itens. O primeiro item é uma breve análise dos aspectos subjetivos que apareceram em cada entrevista; o segundo item é a conclusão do laço social e da identificação e o terceiro são as conclusões finais.

### ***4.1 Zangado, Dunga e Dengoso: uma construção de caso com base na identificação***

#### **ZANGADO**

Na entrevista do jovem Zangado a identificação que ganha destaque é a do jovem decidido, que tem atitude. Em vários relatos ele apresenta que “(...) *tem que ter atitude (...) para qualquer coisa que você for fazer*”. “*Porque eu tinha atitude. Fazia as coisas por conta própria, não ia nas ideias dos outros*”.

O termo atitude perpassa nos três momentos da vida do jovem, antes de cumprir a medida socioeducativa, durante o cumprimento da semiliberdade e após o seu desligamento da medida. É possível verificar que no primeiro momento a decisão do jovem é pela escolha do envolvimento com a criminalidade. “*Eu gostava de ficar armado*” ou ainda “*depois de um tempo parei de estudar. Eu quis parar do nada e parei*”. No segundo momento, quando Zangado descreve a rotina durante o cumprimento da medida, ele coloca um ponto de igualdade entre todos os jovens que cumprem a medida por terem cometido atos infracionais, mas se apresenta com um diferencial “*eu era que nem eles, algumas coisas diferente. Porque eu tinha atitude. Fazia as coisas por conta própria (...)*”. No terceiro momento, a decisão do jovem é pelo trabalho “*foi o meu esforço, boa vontade e ter atitude, o que poucos têm. Tem que ter atitude para emprego, para uma entrevista, para qualquer coisa que você for fazer*”.

Na entrevista do Zangado é possível perceber, também, os aspectos subjetivos. O ponto que conta para o jovem é a forma com que o Outro o percebe. O olhar do Outro é fundamental nos três momentos da entrevista. É um jovem que a todo o momento busca o olhar do Outro. A forma com que ele interpreta esse olhar diz sobre o seu modo de vida.

No primeiro momento, antes de cumprir a medida socioeducativa, logo quando se envolveu com a criminalidade, o ato infracional escolhido por ele era o tráfico de drogas. Zangado havia sido apreendido duas vezes por tráfico de drogas e na segunda vez a polícia que o apreendeu colocou no material da apreensão balas de revólver. O jovem relata que essas balas de revólver não eram suas. A partir desse momento, ele desenvolveu paixão por armas. Zangado passou a andar armado e na terceira apreensão estava portando duas armas *“na terceira vez foi porte de arma. Eu estava em casa dormindo quando a polícia chegou. Tinha uma arma na cintura e outra debaixo do travesseiro. Na época eu gostava de arma, eu dormia com elas”*.

No segundo momento, durante o cumprimento da medida, o jovem conta que se ele *“não xingasse, só ia ser um motivo a menos de ser visto (...)*. As pessoas mais vistas na 'semi' são os meninos que aprontam”. Acrescenta ainda que *“numa sociedade quem a polícia vê mais? O que apronta ou o que apronta na 'calada'? Isso é claro! É lógico!”*. Para esse jovem, o olhar do Outro também define e indica qual posição se deve tomar frente às pessoas para ser notado.

No terceiro momento, após o seu desligamento da medida socioeducativa, a frase do professor de filosofia ganha destaque e o jovem conclui que *“só de olhar para as pessoas você já sabe algumas coisas”*. Atualmente, Zangado fala que o olhar da sua avó e da comunidade mudaram com relação a ele *“Outro dia minha avó estava falando de mim para uma outra pessoa e ela falou: meu neto me ajuda, não dá trabalho, não me xinga, é um trabalhador. Ela só fala coisas boas”*.

Dessa forma, na entrevista do Zangado podemos destacar a identificação do jovem decidido que tem atitude e a função do olhar do Outro, que é um ponto de grande relevância para a vida dele.

## **DUNGA**

Na entrevista do jovem Dunga, a identificação que se apresenta nos três momentos é “(..) *um menino bom! Gosta de todo mundo!*”. Essa identificação passou pelos três momentos da entrevista. É uma identificação que o jovem relata passar pela fala de todos que o conhecem e o descrevem, mãe, vizinhos, adolescentes que estavam cumprindo a medida e a equipe da unidade. O que está em jogo na vida desse jovem é sustentar a identificação do menino bom. No primeiro momento, antes de cumprir a medida socioeducativa, Dunga tentava esconder de todas as formas o seu envolvimento com a criminalidade porque não queria se desfazer da identificação do menino bom.

O jovem relata que “*a gente não consegue sustentar duas personalidades (...)* Não consegue sustentar a máscara por muito tempo (...) Então a minha máscara caiu.” A mãe e vizinhança perceberam o seu envolvimento com a criminalidade somente no dia em que ele foi “(..) *preso, o dia do assalto, a polícia veio aqui em casa, revistaram tudo. Era polícia para todos os lados! Esse dia que caiu a ficha do bairro que eu era envolvido, foi só nesse dia!*” Mesmo o jovem avaliando que nesse dia a sua máscara caiu, percebe-se que a identificação “menino bom” permaneceu. “*E todo mundo, chegava para a minha mãe e falava: “Ele está mexendo com isso mesmo? Fica tranquila, porque ele é um menino bom.” E minha mãe tinha essa convicção que eu era um menino bom!*”.

O dia em que a gangue rival o reconheceu como membro de uma gangue rival e fizeram disparos de arma contra ele, marcou sua vida. “(..) *ai me marcou muuito esse dia! Porque eles me reconheceram!*”. Nesse dia, Dunga não conseguiu esconder o seu envolvimento com a criminalidade.

A identificação “menino bom”, também afetou diretamente na escolha do tipo de ato infracional que Dunga fez ao fazer parte da criminalidade. Inicialmente, ele era envolvido com o tráfico de drogas e depois passou a se envolver com roubos e assaltos a estabelecimentos privados. Esse fato foi possível perceber, quando o chefe do tráfico ordenou que ele matasse o jovem que havia adquirido uma dívida alta “*ah! Eu não consigo ter raiva de ninguém*”. “*E eu fiquei assim, pensando... gente! Eu nunca matei ninguém. Agora está tudo acabado... agora é tudo ou nada, ou vai ou racha*”. Dunga escolheu roubar, para quitar a dívida do jovem e para fazer seu aniversário. O roubo não foi bem sucedido e aconteceu a apreensão em que Dunga recebeu a medida socioeducativa de semiliberdade. “*Era melhor eu ficar preso para não precisar matar esse menino*”.

Assim, nos três momentos, prevalece a identificação de “menino bom”. Porém, antes e durante o cumprimento da medida, o jovem relata que o “menino bom” *“só maquinava o mal.”* Atualmente, a diferença é que o “menino bom” é uma referência. *“Hoje as pessoas me vêm como uma referência. Como aquele que conseguiu, uma pessoa íntegra, séria e correta.”*

## DENGOSO

Na entrevista do Dengoso não há uma identificação que passa pelos três momentos e sim uma característica que é a ligação que ele tem com a rua e ser um jovem que muda de endereço fazendo laços diferentes em cada local de moradia. Nos dois primeiros momentos, o jovem fica ameaçado de morte e *“vivia solto por aí”*. Era ameaçado de morte no Morro das Pedras em que vivia com a mãe e logo em seguida ficou ameaçado em Pedro Leopoldo, local em que residia com a irmã mais velha. Parece que a forma com que ele entendeu, subjetivamente, o seu nascimento, o marcou e faz diferença em sua adolescência. O relato sobre seu irmão gêmeo que faleceu na maternidade, foi um marco na vida desse jovem que tenta, a todo o momento, sobreviver de forma arriscada se colocando em risco e trocando tiros com a gangue rival.

Entretanto, atualmente, no terceiro momento, Dengoso continua ligado às atividades na rua, mas de forma diferente, não está *“solto por aí”*. Verifica-se essa afirmação quando o jovem relata sobre o seu atual trabalho *“eu gosto de ficar na entrega, porque fico na rua, para mim é melhor, distrai a cabeça (...) e também porque na rua passa bem mais rápido. Rala mais, mas eu acho melhor assim”*. Dengoso continua desenvolvendo atividades na rua, mas de outra forma que não seja correndo risco de vida e sim fazendo novos laços.

### **4.2 A medida como possibilidade de desinserção, inserção e laço social**

A criação de uma língua comum, de um discurso, é o fundamento do laço social. Este pertence à ordem do universal. O laço social tem relação com a produção de um saber endereçado ao Outro. Miller (2009) acredita que o laço social é o:

[...] fundamento da realidade social, há a linguagem. Entendamos por linguagem a estrutura que emerge da língua que se fala sob o efeito da rotina do laço social. É a rotina social que faz com que o significado possa preservar um sentido, o sentido que é dado pelo sentimento de cada um de *"fazer parte de seu mundo, ou seja, de sua pequena família e do que a rodeia"*.

É importante considerar as características do laço social na atualidade, pois o sujeito pode estar conectado ou desconectado ao laço social. A partir das entrevistas, pode-se verificar o tipo de laço social estabelecido pelos jovens no momento em que estavam envolvidos com a criminalidade. Pode-se considerar que eles estavam em desconexão social, como propõe Miller (2009) *"quando os sujeitos não se encontram mais, eles próprios, (...) estão sobretudo em situação de "desconexão"*.

Os três jovens dão elementos da desinserção, em suas falas, quando descrevem que *"antes de tudo eu era um perdido. Eu viva solto por aí"* ou ainda quando descrevem as atividades realizadas no dia a dia *"saía de noite e só voltava no outro dia, tinha dias que eu ficava pela rua afora o dia inteiro"*. (...) *"Fumava maconha e ficava na rua armado"*. Os jovens pareciam não ter uma referência, mesmo tendo os amigos da criminalidade e a família por perto.

As atividades da vida criminal pareciam não ter um objetivo concreto, além de ser uma forma de gozo *"comprar roupa, ter dinheiro para sair, beber, comprar maconha. Ai comecei a pegar uma quantidade maior de droga, tanto para usar, quanto para vender e conseguir o dinheiro para sair"*. Dengoso, por exemplo, relata o seu envolvimento em 'guerras', trocas de tiros onde nem ele e os outros jovens sabiam o motivo pelo qual um queria matar o outro. *"Eu andava armado. Mas sei lá porque as pessoas queriam me matar. Talvez medo. Medo de eu matar eles e eles me matarem"*. Assim, é possível perceber que na relação de matar ou morrer não havia um ideal, os jovens não sabiam o motivo da 'guerra', o porquê deveriam matar, eliminar o rival, o que é uma característica da identificação imaginária.

Outra forma de verificar a desconexão social dos três jovens foi o momento em que eles não podiam circular por toda comunidade e ficavam restritos num determinado território do bairro, como descreve Dunga *"nessa época eu fiquei meio preso, meio trancado aqui no bairro"*. Os jovens também deixavam de frequentar a escola, como relata Dengoso *"eu já não tinha mais interesse. Não fazia mais sentido*

*para mim, porque aí eu conheci o mundo do crime, um mundo novo”, ou ainda como contou Dunga, que mesmo não deixando de frequentar a escola “no ano seguinte, tomei bomba de novo, chega num momento, num período da vida eu estava com um pé no mundo: eu quero fazer, eu quero aprontar (...).”*

Porém, esse gozo é mortífero e é preciso ter a entrada do Outro para auxiliar, orientar e colocar uma barra, intervir, estranhar, indicar que é possível ter outras formas de gozo. Por esse motivo, é importante o jovem ser apreendido e receber uma medida socioeducativa. É o Outro entrando na vida do sujeito e reprovando a sua conduta, indicando que isso não vai bem. Na vida desses três jovens foi preciso a oferta de uma instituição com regras e atividades que até então eram desconhecidas pelos jovens. Porém, a institucionalização precisa ser cautelosa, não pode apagar o singular que é de cada jovem, ou então se pode ter como efeito colateral a segregação.

O cumprimento da medida socioeducativa foi entendido por cada jovem de uma forma e é possível verificar a singularidade. Os três jovens puderam se conectar com o social e após o desligamento da medida foi possível perceber que houve essa conexão. Os jovens além de agregar novas amizades, hoje, circulam em diversas regiões, conhecem e frequentam novas instituições que tinham perdido o sentido na vida deles. Zangando conta que *“a minha vida é serviço, escola e casa. Sexta, sábado e domingo tenho encontro de jovens. Lá tem bateria, violão, guitarra. Eles estão montando uma orquestra e eu estou aprendendo a ler partitura.”* Dunga sonha em *“fazer psicologia, (...) com a psicologia você pode ajudar (...) ajudar a pessoa a se desenvolver, a crescer. E mais para frente eu pretendo montar a minha empresa e daqui uns dias e ter uma família bacana, muitos filhos. Mas todo mundo está falando que eu vou ser pastor”*. Já o Dengoso que não conseguia morar em um local sem criar ‘guerras’ conta que hoje foi *“ganhando a minha liberdade de novo. (...) sair na rua e ficar sem os outros olhando torto para você e assim, veio amizades novas.”*

Estar inserido no laço social abre as possibilidades para a vida, produzir novos saberes, se conectar com um mundo novo. Assim, esses jovens puderam mostrar o que é viver desconectados e viver, também intensamente, como qualquer outro jovem, a vida, tendo laço social.

### 4.3 A identificação e sua dimensão simbólica no campo do Outro

Sobre o conceito da identificação que foi exposto no capítulo 2, nos jovens, no instante em que estão envolvidos com a criminalidade, há o predomínio da identificação imaginária. A identificação que paralisa, petrifica o sujeito e não há a produção do saber. Os jovens, durante a entrevista, relatam sobre alguns pontos de sua vida que vão de encontro escancarado com o real, não há palavras que deem sentido para o momento da atuação. Dunga, por exemplo, fala que *“o 157 é uma sensação de poder! É uma sensação de todo mundo estar ao seu controle! Não tem como explicar. Sei lá... é uma coisa muito assim... Não tem como explicar. Essa sensação de você estar com uma arma na mão, você está assaltando e todo mundo rendido, todo mundo aos seus pés. Era uma coisa assim... meio... não tem nenhuma palavra... eu não consigo achar uma palavra... para explicar isso”*.

Cada adolescente tinha um apelido que os deixava fixado numa identificação imaginária. Dengoso, por exemplo, fala sobre o seu apelido descrevendo como era a sua participação nos assaltos *“eu acho que era por isso esse meu apelido aí de Cabuloso. Eu ameaça as pessoas, xingava as pessoas, fazia tudo, endoidava”*. Zangado era conhecido como um menino nervoso devido as suas características *“minha avó falava que eu só xingava, ficava na rua, usava drogas e fazia coisa errada”*. Estas descrições foram entendidas pelos jovens como uma forma de se inserir em um grupo, o grupo dos jovens envolvidos com a criminalidade. Como diz Miller (2008), todo sujeito falante deseja inserir-se.

[...] nesse desejo (de inserir-se), o social é radical, é raiz. Esse é o sentido do título de Freud “Psicologia das massas e análise do eu”. Nele Freud já diz que o social está constituído na relação analítica. Sabemos, aliás, que um sujeito com um desejo de des-inserção pode chegar ao suicídio social e ao suicídio vital.

É possível destacar, na fala dos três jovens, o desejo de fazer parte, se integrar ao grupo dos jovens envolvidos com a criminalidade. Dunga fala sobre a forma que a sua gangue o conhecia *“chama o Pelado que ele vai. Chama o Pelado que ele está junto, com a gente. Chama o Pelado que ele é mais um na equipe. Eu era o mais um na equipe para roubar”*. Dengoso, fala que os seus colegas gostavam muito dele *“Às vezes eu assaltava sozinho, mas muitas das vezes os meninos gostavam de ir comigo, porque era eu quem fazia tudo. Eles só pegavam o*

*dinheiro. Era por isso que eles gostavam de mim!*". De acordo com Zangado, ter um artigo do Código Penal faz todos os adolescentes da unidade de semiliberdade ficarem identificados e pertencerem a um mesmo grupo. O grupo de adolescentes que cometeram ato infracional. O jovem relata que chegou à semiliberdade pelo *"pelo ato infracional! Todo mundo que estava lá tinha um ato. Quem é envolvido com o crime tem que ter um ato infracional! Toda ação tem uma reação. Eu fui preso com arma. O meu artigo era 14, porte ilegal de arma"*. Dunga e Dengoso também citam, respectivamente, os seus artigos *"Eu era 157, assalto a mão armada!"* e *"Foi por 157"*.

Porém, verifica-se que há o predomínio do desejo de desinserção, pois esse grupo não faz laço social. Os próprios jovens avaliam que essas amizades não eram para estabelecer uma relação de afeto e carinho. Pode-se verificar isto, quando Zangado avalia que essas amizades *"não eram amizades para ficar em casa, as amizades eram de rua"*.

Atualmente, os três adolescentes avaliam que a vida mudou, circulam por diferentes instituições tais como escola, trabalho, igreja, comunidade e possuem novas amizades. Continuam inseridos em grupos, mas são grupos que fazem laço social e a partir disso ganham novas identificações, as identificações simbólicas que impulsionam para a vida, produzem saber, amor e os auxiliam a ter um ideal. Dengoso finaliza a entrevista falando sobre seu novo apelido *"a minha família me chama de Nem. Ah! Nem vem de amor, né. Vem de amor mesmo, de família, de carinho. O carinho que a família tem comigo"*. O amor, como está descrito no segundo capítulo dessa dissertação, está inserido no laço social e na identificação imaginária. Dengoso saiu de uma identificação imaginária e se insere num sintoma da trama familiar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: A FUNÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NO PROCESSO DA IDENTIFICAÇÃO**

Ao nos propormos a estudar a identificação e o laço social de jovens que concluíram a medida socioeducativa de semiliberdade, presumiu-se que tal pesquisa fosse realizada à luz das entrevistas clínicas de orientação psicanalítica. O objetivo central era investigar como se dá o processo da identificação e a construção de laço social em adolescentes que cometeram atos infracionais. Tínhamos em mente a questão central: “Como se dá o processo de identificação que favorece o laço social dos adolescentes envolvidos com a criminalidade?”. Tal questão se desdobrou em inúmeras outras, colocadas ao longo dessa dissertação com o intuito de buscar as respostas necessárias.

A partir da leitura feita das entrevistas, da análise do laço social e da identificação que estão postas nos três momentos, antes, durante e após o desligamento do jovem da medida socioeducativa de semiliberdade, podemos verificar um marco, uma mudança na vida dos jovens. Esse marco foi a possibilidade desses jovens cumprirem a medida socioeducativa de semiliberdade e esta, fazer diferença no seu envolvimento com a criminalidade. Os três jovens relatam não estarem envolvidos com a prática do ato infracional e principalmente percebem uma mudança em suas rotinas. Podemos inferir que a medida socioeducativa de semiliberdade favoreceu uma nova forma de identificação e possibilitou que os jovens pudessem se inserir no laço social.

Destacamos nas entrevistas, que os jovens puderam fazer cursos profissionalizantes, tiveram auxílio para o deslocamento e conhecer novos espaços na cidade, foram inseridos na escola e vivenciaram as regras da unidade socioeducativa. A garantia desses direitos, poderia ter sido adquirida em outras políticas públicas, mas a diferença está na forma com que foram construídos esses encaminhamentos com os jovens. Nos atendimentos o ato infracional ganhou destaque e cada jovem pode passar pelo instante de ver, compreender e concluir como Lacan (1935) elucidou no tempo lógico.

O “instante de ver” podemos pensar que é a entrada do jovem na medida socioeducativa, não como uma consequência cronológica, mas como o momento de apresentar um corte, uma parada. Os jovens não chegaram a semiliberdade por uma demanda espontânea e sim por uma obrigação, o Poder Judiciário reprovando

a ação criminal dos jovens. Marca o vacilo inaugural do sujeito. A polícia o apreendeu, porque ele mostrou o ato infracional. A partir do momento que o adolescente chega à medida os profissionais que lá estão tem a oportunidade de entrar no discurso do adolescente com o silêncio, com as questões e intervenções a fim de interrogar o desejo do adolescente. O “instante de ver” da entrada inclui a emergência do real no jogo que, após o consentimento do jovem em causa, possibilita o seu manejo: o manejo da transferência. A entrada é a inauguração do sintoma analítico, ou seja, a enrolação do real pelo “sujeito suposto do saber”. Nas entrevistas os jovens apontaram a importância do atendimento feito pela equipe técnica. Dengoso, por exemplo, fala que “lá (unidade)  *você pode conversar com as pessoas, pessoas que você não conhece e que pode confiar. Se você não se abrir, aquilo vai ficando dentro de você e te detonando*”.

A partir das interrogações e intervenções feitas pela equipe os adolescentes podem entrar no “instante de compreender”. Nesse instante está em jogo a transferência, a associação livre e seus efeitos. A estrutura do sujeito se desdobra na cena analítica da “associação livre” orientada pela transferência. A associação livre, ou seja, blábláblá, aparentemente linear, desenrola, na diacronia, o que a sincronia do instante de ver aprendeu. A estrutura própria da fala desenrola nos ditos as consequências do dizer, o que não está contido em nenhum dito, mas fomenta e orienta toda a série recorrente dos ditos. Cada dito a mais contorna a impossibilidade do dizer que pode se deduzir como sua causa. Os jovens falam dos seus medos, anseios, ansiedades, inibições, sintomas, angústias, as associações do sujeito na medida vão aparecendo e a equipe tenta circundar o mal dito dos jovens. Os ditos dos jovens se apresentam como demanda de sentido.

A associação livre desdobra, estica, infla, pinça, costura e recorta o espaço topológico dos jovens, tornando presentes sua descontinuidade, seus furos. Pouco a pouco, as voltas dos ditos (as demandas) vão dando borda, contornando o desejo. A partir dessa entrega dos jovens para a equipe é possível fazer com que eles entrem no laço social e apareça a trama familiar (sintoma). Inseridos no sintoma, a partir da trama familiar, que é sempre uma história mal contada, uma vez que cada jovem vai interpreta-la do seu modo, falha nas contas do dito. O jovem passa a atribuir ao Outro, ligando a sua falta-a-ser à falta falha, mancada no Outro da sua história e, daí, sua suposição de que o seu tempo perdido está no saber do Outro.

A transferência acolhe essa suposição, é ela que orienta a associação livre, por isso que podemos considerar que a equipe é o pivô da transferência. É necessário um tempo para que a associação livre aparentemente linear se desenrole, o que a sincronia de ver aprendeu: o tempo que falta. Assim, por um instante percebemos que os jovens quando chegam à medida socioeducativa se apresentam cheios de certeza, não divididos, como por exemplo, *“eu sou 157”* é a marca de um sujeito que não está dividido, não apresentam demandas. É a partir da transferência com a equipe que os furos vão aparecendo e o jovem já transferido com a equipe supõe que eles sabem de algo. Como por exemplo, a fala de Zangado com a pesquisadora<sup>18</sup> *“você sabe disso! Lógico que sabe! Você trabalhou com os jovens infratores e sabe disso!”*.

Podemos verificar que o instante de concluir, após o instante de compreender, que não há como se assegurar no Outro de um saber sobre si mesmo, ele se separa, ato que cumpre a “asserção de sujeito”. O momento de concluir conjuga o momento lógico de dedução da impossibilidade de resposta no Outro, o momento ético de decidir pelo desligamento do jovem da medida. É o momento da descoberta do motivo pelo qual cada jovem se inseriu na criminalidade. Sem esse aspecto da medida socioeducativa não seria possível à desvinculação dos jovens da criminalidade. Podemos verificar essa afirmação na conclusão do jovem Dunga *“o psicólogo falava 'mas você ainda não descobriu o que você precisa para poder sair daqui e ficar tranquilo e não voltar!' Eu ficava nervoso com ele! (...) Eu acho que cada um descobre o que precisa para sair, o que precisa acontecer com ele para realmente sair de lá e não cometer um crime. Para cada um é algo diferente. Eu acredito nisso. Cada um precisa descobrir o que levou, o que trouxe ele cometer aquilo para ele não praticar mais e para ele trabalhar encima daquilo, o que é diferente para cada um.”*

Esse é um aspecto fundamental para o trabalho da equipe na socioeducação. Esse aspecto é extremamente sofisticado e precisa ser construído para cada jovem, em sua singularidade, levando em consideração a história que eles contam da sua vida.

Dessa forma, concluo que a medida socioeducativa para os adolescentes é uma política pública de responsabilização e importante na vida dos adolescentes

---

<sup>18</sup> Conforme foi apresentado no terceiro capítulo, a pesquisadora conhecia os jovens por ter trabalhado em uma unidade socioeducativa de semiliberdade.

que cometem atos infracionais. É o tempo que eles têm de parar para pensar e falar sobre seus crimes. Os profissionais que ali estão trabalhando precisam ter o dever ético de intervir nos pontos cruciais que os adolescentes entregam em seus discursos. É preciso que os adolescentes tenham o tempo de ver, compreender e concluir. A medida socioeducativa não pode ser eterna na vida do jovem bem como a criminalidade não pode ser vivenciada intensamente, pois causar a morte. E com a morte os profissionais da área da socioeducação não podem pactuar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

BRASIL. Código Penal. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Vade mecum. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. In: Coletânea de Leis. 4 ed. Belo Horizonte: CRESS, 6. Região, 2006a.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. 2 ed. Brasília: Conanda, 2002.

BRASIL. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. SINASE/Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília/DF: CONANDA, 2006d. 100 p.

FREUD, S. (1895). **Resposta às críticas a meu artigo sobre a neurose de angústia**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.v. 3. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 115-132.

\_\_\_\_\_. **Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1905a/1974.

\_\_\_\_\_. **Fragmento da Análise de um Caso de Histeria**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1905b [1901]/1974.

\_\_\_\_\_. (1908). **Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. 9. Rio de Janeiro: Imago,1996

\_\_\_\_\_. (1913). **Totem e Tabu**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 11-125.

\_\_\_\_\_. (1914a). **Recordar, repetir e elaborar**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 189-203.

\_\_\_\_\_. (1921). **Psicologia das massas e análise do ego**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 89-179.

\_\_\_\_\_. (1923). **O Ego e o Id.** In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 11-83.

\_\_\_\_\_. (1930 [1929]) **O mal-estar na civilização.** Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. vol. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

MILLER, J-A. **Rumo ao PIPOL 4,** in *Correio* – Revista da Escola Brasileira de Psicanálise, n. 60: Clínica e pragmática. Escola Brasileira de Psicanálise, mar/2008, p. 7 – 14.

\_\_\_\_\_. **Sobre o desejo de inserção e outros temas I,** in *Correio* – Revista da Escola Brasileira de Psicanálise, n. 62: Sobre o desejo de inserção. Escola Brasileira de Psicanálise, mar / 2009, p. 5 – 17.

\_\_\_\_\_. **A salvação pelos dejetos,** in *Correio* – Revista da Escola Brasileira de Psicanálise, n. 67: A psicanálise, seu lugar entre as ciências. Escola Brasileira de Psicanálise, dezembro de 2010.

\_\_\_\_\_. (1961-1962) **Seminário 9,** l'identification. Inédito.

MINAYO, M. C. de S., **Org. Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 6ª. Rio de Janeiro: Ed. Petrópolis, vozes, 1996.

Lacan, Jacques (1969-1970) **O Seminário, Livro 17:** O avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

\_\_\_\_\_. (1960 - 1961). **O Seminário, Livro 8:** A transferência. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.

\_\_\_\_\_. (1957-58) **O Seminário, Livro 5:** As formações do inconsciente. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.

\_\_\_\_\_. (1945). **O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada.** Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998.

LAURENT, Eric. **O Racismo 2.0.** In. Opção Lacaniana, nº 67, São Paulo, 2013, pág. 31.

## ANEXO A

### Autorização da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo para realizar a pesquisa



ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL  
Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas  
Diretoria de Gestão da Informação e Pesquisa

#### PARECER SOBRE PROJETO DE PESQUISA

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2012.

#### Pedido 013.2012: Aprovado

A Suase – Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas, por meio da Diretoria de Gestão da Informação e Pesquisa (DIP), concede parecer **favorável** à realização da pesquisa intitulada “Identificação e o processo de construção de laço social em adolescentes autores de atos infracionais na conclusão da medida socioeducativa de semiliberdade” pela pesquisadora Marina da Cunha Pinto Colares.

O projeto apresentado formula questões pertinentes que concernem à medida socioeducativa de semiliberdade e cuja investigação pode contribuir para a execução desta medida. Os efeitos da semiliberdade para o adolescente desligado, à luz das questões identificatórias (aceitação e recusa da momeação ligada ao ato) e da construção do laço social interessa à política na medida em que pode elucidar os dispositivos que contribuem para a saída do adolescente da criminalidade. Além disso, o projeto apresenta a questão da relação do adolescente às gangues de maneira bastante enriquecedora a partir do percurso profissional da própria mestranda e sua relação aos desafios institucionais na semiliberdade (formação de grupo, transgressões, dentre outros).

Há duas questões metodológicas importantes de se levantar. Em primeiro lugar, intenção de entrevistar adolescentes do Se Liga aparece apenas em um trecho da metodologia, sendo que deveria estar em destaque, tendo em vista que se trata do principal ponto da metodologia: a definição do universo. Além disso, seria interessante esclarecer brevemente o porquê da escolha de dois grupos de adolescentes no universo definido: dois adolescentes que aderiram ao Se Liga e dois que não aderiram.

Em segundo lugar, há um trecho em que a pesquisadora cita a intenção de “coletar dados nas casas de semiliberdade” (p. 17). Diante disso, informamos que, dependendo dos dados que serão coletados, a Diretoria de Gestão da Informação e



ESTADO DE MINAS GERAIS SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL  
Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas  
Diretoria de Gestão da Informação e Pesquisa

Pesquisa pode fornecê-los.

No entanto, entendemos que estas questões não afetam o caráter autorizativo deste parecer realização da pesquisa. Portanto, a pesquisadora pode iniciar os trabalhos de coleta de dados assim que tiver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa. Solicitamos o envio, por meio eletrônico, de cópia do parecer.

Salientamos, por último, que é necessária uma autorização judicial para consultas aos prontuários dos adolescentes, tendo em vista de que estes são documentos judiciais.

Estamos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas.

A handwritten signature in blue ink, reading "Claudio Lobenwein Resende". The signature is written in a cursive, flowing style.

**CLAUDIO LOBENWEIN RESENDE**  
**DIRETOR DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E PESQUISA**

**ANEXO B****Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos Jovens Aprovado pelo COEP**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: Conhecimento e Inclusão social  
NIVEL: Mestrado  
ORIENTADORA: Profa. Dra. Ana Lydia B. Santiago  
ORIENTANDA: Marina da Cunha Pinto Colares  
PESQUISA: Identificação e a construção de laço social em adolescentes autores de atos infracionais que concluíram a medida socioeducativa de semiliberdade

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****Jovem**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa: *Identificação e a construção de laço social em adolescentes autores de atos infracionais que concluíram a medida socioeducativa de semiliberdade.*

Você será entrevistado por mim, no Programa Se Liga. Meu objetivo é entender melhor, a partir da sua fala, como era e como é a sua relação com as pessoas e o seu dia-a-dia antes, durante e depois de cumprir a medida de semiliberdade.

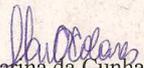
Para que eu possa registrar a nossa conversa e ajudá-lo da melhor maneira possível, as entrevistas serão gravadas e eu, Marina da Cunha Pinto Colares, serei responsável pelas gravações, e não permitirei que outras pessoas as utilizem.

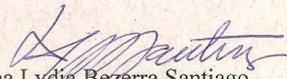
Você poderá pedir qualquer informação que desejar sobre a entrevista que vamos realizar. Você poderá deixar de participar das atividades quando quiser, apesar de ser muito importante a sua participação. Você não receberá nenhum dinheiro para participar, não terá que pagar nada e nem será punido se quiser desistir.

Quando eu for divulgar os resultados da pesquisa, em nenhum momento falarei seu nome para que ninguém saiba que você participou da mesma, a não ser que você queira.

Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no Curso de Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e a outra será fornecida a você.



  
 Marina da Cunha Pinto Colares  
 Marinacpc12@hotmail.com  
 tel : (31) 3568-8696

  
 Ana Lydia Bezerra Santiago  
 a.lydia@terra.com.br  
 tel : (31) 3282-5603

Comitê de Ética em Pesquisa/UFMG

Av. Antonio Carlos, 6627/Unidade Administrativa II / sala 2005 – 2º andar.

[coep@prpq.ufmg.br](mailto:coep@prpq.ufmg.br)

tel: (31) 3409.4592

---

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Eu ..... declaro estar informado(a) dos objetivos e fins desse estudo e concordo em participar voluntariamente da pesquisa, realizada por Marina da Cunha Pinto Colares e orientada pela Profa. Dra. Ana Lydia Bezerra Santiago.

Belo Horizonte, ..... de ..... de .....

Assinatura do participante .....

Contato .....